



**Início
às 10h02min**

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 14ª
(DÉCIMA QUARTA)
REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CPI PARA INVESTIGAR OS ATOS OCORRIDOS EM 12 DE DEZEMBRO
DE 2022 E 08 DE JANEIRO DE 2023, ESPECIALMENTE CONTRA OS
PODERES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,
DE 1º DE JUNHO DE 2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Há número regimental.

Declaro aberta a 14ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga os atos antidemocráticos ocorridos no dia 12 de dezembro de 2022 e no dia 08 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pela TV Câmara Distrital.

Comunico que a Coordenadoria de Polícia Legislativa fará o isolamento dos assentos destinados aos deputados, dispostos para uso exclusivo dos parlamentares, dos advogados que estiverem acompanhando os depoentes e das autoridades autorizadas por esta presidência. Assessores e demais interessados deverão ocupar as cadeiras dispostas ao fundo ou a galeria. Conto com a colaboração de todos.

Solicito aos deputados que registrem a presença.

Estão presentes o deputado Chico Vigilante, o deputado Hermeto, o deputado Fábio Félix, a deputada Jaqueline Silva, e também o deputado suplente Thiago Manzoni.

Há quórum regimental.

Lembro aos deputados presentes que só os membros titulares podem votar. Os deputados suplentes votam quando os titulares não estiverem participando da reunião e sua ausência tiver sido formalmente comunicada.

Sobre a mesa, as seguintes atas de reuniões anteriores:

- [Ata da 12ª Reunião Ordinária](#);
- [Ata da 13ª Reunião Ordinária](#).

As atas foram divulgadas previamente.

Esta Presidência pergunta aos deputados se podemos considerar lidas e aprovadas sem observações as referidas atas.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

As referidas atas estão aprovadas com 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Pergunto ao relator, deputado Hermeto, se deseja fazer algum comunicado.

DEPUTADO HERMETO – Não, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Informo o calendário de oitivas para este mês de junho. Hoje teremos a oitiva do general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ex-ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional – GSI. No dia 5 de junho teremos 2 oitivas, uma pela manhã e outra à tarde. No entanto, pode haver modificação, tendo em vista um compromisso do nosso relator. Estamos verificando a possibilidade de realizar uma oitiva no dia 5 à tarde e outra no dia 6 de manhã.

DEPUTADO HERMETO – Na verdade, não é um compromisso do relator; é a inauguração do túnel de Taguatinga. Acredito que vários deputados vão querer participar, pois é uma obra significativa para o Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

Está prevista a oitiva do coronel Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues e, às 15 horas, a do coronel Paulo José Ferreira de Souza Bezerra, ambos da Polícia Militar do Distrito Federal.

Vamos fazer um ajuste no calendário. No dia 15 de junho, ouviremos o general Marco Edson Gonçalves Dias, ex-ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. No dia 22 de junho, ouviremos o senhor Alan Diego dos Santos. Por fim, no dia 29, teremos a oitiva do coronel Klepter Rosa, comandante-geral da Polícia Militar do Distrito Federal.

Requerimentos administrativos.

Item nº 1:

Discussão e votação do Requerimento nº 158/2023, de autoria do deputado Gabriel Magno, que "requer a reconvocação do Senhor Coronel Jorge Eduardo Naime, para prestar novos esclarecimentos a respeito do seu envolvimento com os atos antidemocráticos, em virtude das contradições entre o seu depoimento e o depoimento do General Gustavo Henrique Dutra de Menezes".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item nº 2:

Discussão e votação do Requerimento nº 159/2023, de autoria do deputado Fábio Félix, que "requer a convocação do Major da Polícia Militar do Distrito Federal, Flávio Silvestre de Alencar, para prestar depoimento a respeito dos fatos ocorridos nos dias 12 de dezembro de 2022 e 8 de janeiro de 2023".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 5 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

Vou passar a presidência à deputada Jaqueline Silva, tendo em vista que sou autor de requerimento.

(Assume a presidência a deputada Jaqueline Silva.)

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Item extrapauta:

Discussão e votação do Requerimento nº 160/2023, de autoria do deputado Chico Vigilante, que "requer a aprovação de convite do Diretor do Departamento de Polícia Especializada da Polícia Civil do Distrito Federal, Dr. Víctor Dan de Alencar Alves, para colaborar com os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADA JAQUELINE SILVA) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 5 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

(Assume a presidência o deputado Chico Vigilante.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Oitiva de depoente.

Oitiva do senhor general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ex-ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional – GSI.

Já tendo sido devidamente qualificado pela Coordenadoria de Polícia Legislativa desta casa de leis, convido a comparecer a este plenário o general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ex-ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional – GSI.

Os requerimentos de que tratam esta convocação são o nº 104/2023, de autoria do deputado Fábio Félix, e o nº 145/2023, de minha autoria.

Portanto, convido o general Augusto Heleno Ribeiro Pereira.

Presidente Wellington Luiz, venha compor a nossa mesa aqui também. (Pausa.)

General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, esclareço que o senhor está diante de uma comissão parlamentar de inquérito na condição de testemunha e, como tal, tem o dever de dizer a verdade, sob pena de incorrer em crimes previstos no art. 342 do Código Penal. Apesar disso, caso o senhor entenda ter envolvimento com os fatos ora investigados, terá o direito de permanecer em silêncio, de não produzir provas contra si mesmo e de ser assistido por um advogado.

Pergunto ao senhor: o senhor está acompanhado por um advogado?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Doutor Eduardo Ubaldo, que tem sido um baluarte aqui do meu lado, sempre me orientando muito bem. Eu agradeço muito a presença dele.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, general.

General, no nosso modo de trabalho aqui, eu inicio fazendo os questionamentos; depois, o deputado Hermeto; e aí, pela ordem de chegada, o terceiro a fazer as perguntas será o deputado Fábio Félix e assim por diante.

General, passo aos questionamentos.

O senhor era um dos ministros mais próximos do ex-presidente Jair Bolsonaro, bem como um dos generais mais influentes no meio militar. Qual foi a sua postura a partir do resultado final das eleições de 2022? Reconheceu o resultado das urnas ou não?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu fui o tempo todo extremamente leal ao presidente da República na época. E ele admitiu o resultado das eleições e eu logicamente o segui e acho realmente que não havia outra solução, tínhamos que acatar o resultado das eleições.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado.

General, após as eleições de 2022, pessoas que estavam no acampamento em frente ao quartel-general foram presas em decorrência dos atos do dia 8 de janeiro de 2023, por invasão e depredação de prédios públicos, como é o caso do influenciador Romário Garcia Rodrigues. O senhor recebeu essa pessoa em seu gabinete? Conhece essa pessoa? O senhor recebeu outras pessoas que estavam acampadas em frente ao quartel-general? Se sim, do que trataram durante a reunião?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Olha, eu recebia muita gente que ia ao palácio para conhecer, para tirar foto. Então, confesso que a grande maioria das pessoas que eu recebia, eu não conheci. Conhecia rapidamente, era apresentado e dali eles partiam para outros lugares do palácio e dificilmente eu tinha qualquer conversa mais prolongada com esse pessoal. Como é o nome desse rapaz? Romário, né?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O rapaz é o senhor Romário Garcia Rodrigues.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não conheço mesmo. Romário que eu conheço é outro, senador.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Romário que o senhor conhece é o jogador de futebol?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Que é o senador.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou pedir para passar uma planilha ali que tem o nome desse cidadão, porque o senhor o recebeu. É Romário Garcia Rodrigues, que se diz influenciador digital e é um dos acampados ali do QG. Passa a planilha ali com o nome dele e a data que o senhor o recebeu. O senhor o recebeu no dia 18 de novembro de 2022, às 11 horas, 2 minutos e 53 segundos.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu acredito que ele tenha saído às 11 horas, 5 minutos e 53 segundos. Não me lembro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor não lembra dele?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não. Não lembro, não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – como está este

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – De maneira nenhuma. Eu... Se eu tivesse sido articulador, eu diria aqui. Mas eu acho que o tratamento que estão dando a essa palavra "golpe" não é um tratamento adequado porque um golpe, para ter realmente sucesso, ele precisa ter líderes, ele precisa ter um líder principal, alguém que esteja disposto a assumir esse papel de liderar um golpe. Não é uma atitude simples, ainda mais num país do tamanho e da população do Brasil. Então, esse termo golpe está sendo empregado com extrema vulgaridade... e não é uma coisa simples de se avaliar que uma manifestação, uma demonstração de insatisfação, por exemplo, possa caracterizar um golpe. Então, as ações que foram realizadas, por exemplo, no dia 12 de dezembro foram ações completamente descoordenadas, quer dizer, aquilo não poderia, nunca, ter sido considerado uma ameaça de golpe. Então, eu acho que era bom refletir sobre o emprego dessa palavra "golpe" e verificar se isso não está sendo exagerado. Mas tudo bem.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor acha que, se tivesse havido lideranças à altura, o golpe teria prosperado?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não, eu não acho que teria prosperado. Eu acho que ele teria condições de acontecer se tivesse sido planejado, se tivesse tido... Isso é no mundo inteiro. Nós verificamos no mundo inteiro que, vez por outra, acontece essa história de golpe, alguns bem-sucedidos, outros malsucedidos. Mas é um processo que não é assim "sair para a rua e vamos dar um golpe". Não é assim, ainda mais num país como o Brasil, com a sua extensão territorial. Oito bilhões e quinhentos mil quilômetros quadrados não são brincadeira, nem duzentos e vinte milhões de habitantes são brincadeira para se conduzir uma ação dessa magnitude. Então, eu acho que a gente precisa moderar um pouco a utilização desse termo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, é público e notório que grande parte de militares de altas patentes eram partidários do ex-presidente da República Jair Bolsonaro.

O senhor tem conhecimento de alguma reunião dos comandantes das três Forças Armadas para apoiar o plano de poder do ex-presidente com o fechamento do STF, a prisão do ministro Alexandre de Moraes, o fechamento do Congresso Nacional e a deposição do presidente eleito, da mesma forma que ocorreu em 1964? O senhor tem conhecimento disso?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não. Jamais participei de reunião desse tipo. O presidente também não participou. Ele estabeleceu uma diretriz e seguiu, rigorosamente, o que ele tinha estabelecido, que era jogar dentro das quatro linhas da Constituição. Então, essas outras narrativas são fantasiosas. Elas não aconteceram em momento nenhum. Podem esquecer. Isso não aconteceu.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General Augusto Heleno, como disse acima, o senhor era um dos ministros mais próximos ao ex-presidente Jair Bolsonaro, além de ter grande influência no Exército Brasileiro. O ex-ministro da justiça Anderson Gustavo Torres também fazia parte do núcleo duro do governo Bolsonaro. Comandava um ministério estratégico, como o do senhor, tendo sob a sua batuta a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a simpatia de grande parte das polícias estaduais.

Em busca e apreensão na casa do ex-ministro Anderson Torres, a Polícia Federal encontrou uma minuta, que é uma proposta de decreto antes da publicação, para que o então presidente Jair Bolsonaro instaurasse um estado de defesa na sede do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. O objetivo da ação era reverter o resultado do segundo turno da eleição presidencial, em que o presidente Lula foi o vencedor.

O senhor esteve em alguma reunião com o ex-presidente, com autoridades militares e com o ex-ministro Anderson Torres para tais fins? O senhor sabe quem redigiu aquele esdrúxulo documento? O senhor teve contato com a tal minuta?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não, não sei. Não tenho a menor ideia de quem tenha redigido esse documento. Jamais vi esse documento. Jamais participei de reuniões com o presidente – e não acredito que ele tenha participado – que tratasse desse assunto. Também esse documento é um documento apócrifo, pelo que eu sei, pelo que li da imprensa. É um documento apócrifo que fazia algumas conjecturas que nunca foram consideradas, porque era um documento sem credibilidade, sem uma construção que pudesse ser respeitada e colocada em execução. Então, eu acho que esse documento... Tanto é que ficou exposto na casa, pelo que li também na reportagem, ficou exposto na casa do ministro Anderson Torres, que era um homem extremamente leal ao presidente e preparado. Eu gosto muito dele. Foi uma página ruim da vida dele esse acontecimento desse tal documento. Mas nunca vi, nunca ouvi falar, nunca tinha ouvido nada sobre esse documento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas foi encontrado na casa dele.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Sim, é lógico que... Ele pode ter recebido isso de alguém, mas tanto não levou a sério que deixou o documento lá na casa dele, viajou. O documento ficou lá. Ele nunca podia esperar que fosse ter uma busca e apreensão na casa dele. O documento era tão secreto que estava lá exposto. Então, não era um documento que merecesse todo esse cuidado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, o senhor conhece o ministro do Tribunal de Contas da União Augusto Nardes?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Conheço, tive vários contatos com o ministro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Teve vários contatos com ele?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não na presidência. Eu já tinha contato com ele antes, porque, na época dos Jogos Mundiais Militares, ele esteve, inclusive... Eu, na época, trabalhava no Comitê Olímpico Brasileiro e tive contato com o ministro Nardes, tenho um bom relacionamento com ele.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, tendo em vista que o senhor o conhece, eu vou fazer uma pergunta objetiva para o senhor. Em áudio divulgado em um grupo de WhatsApp de representantes do agronegócio em novembro de 2022, o ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União, afirma que está acontecendo um momento muito forte nas casernas, no Brasil. Alegando ter informações, mas sem poder entrar em detalhes, ele garante que é questão de horas, dias, no máximo uma semana, duas, talvez menos do que isso, para um desenlace bastante forte na nação, de consequências imprevisíveis. Em outro trecho do áudio, o ministro diz que esteve com o time de Bolsonaro na última semana, sem especificar, no entanto, se o atual mandatário esteve presente na reunião. Segundo ele, Bolsonaro, PL, que se recuperava de uma ferida na perna, em breve estaria recuperado e pronto para entrar, para enfrentar o que iria acontecer no país.

O senhor conheceu ou esteve reunido com o ministro Augusto Nardes para tratar desse assunto? O senhor tem conhecimento sobre se o presidente Jair Bolsonaro esteve reunido com o ministro Augusto Nardes? Qual seria esse time do Bolsonaro? O senhor faz parte desse time?

Entretanto, antes da sua resposta, eu vou pedir para passar o áudio do ministro Augusto Nardes aqui no nosso telão. Por favor.

(Reprodução de áudio.) "... como sou magistrado e julgo muitas coisas que estão acontecendo no Brasil... Praticamente muita coisa passa pelo Tribunal de Contas da União. Somos 9 lá. E a situação é bem complexa, muito complexa, o pior momento que a nação vai viver, mas talvez seja importante para poder recuperar o país. Somos hoje uma sociedade conservadora, que não aceita as mudanças que estão sendo impostas. Está acontecendo um movimento muito forte nas casernas. Eu acho que é uma questão de horas, dias, no máximo, uma semana, duas ou talvez menos que isso, que vai acontecer um desenlace bastante forte na nação. Imprevisíveis. Imprevisíveis. Vamos perder? Sim, vamos perder alguma coisa, mas a situação para o futuro da nação poderá se desencadear de forma positiva, apesar de ser o principal conflito que deveremos ter nos próximos dias ou nas próximas horas. Falei

longamente com o time do Bolsonaro essa semana, ele não está bem, está com o ferimento na perna, mas há esperança ainda de ele poder se recuperar, melhorar a sua situação física e, certamente, haverá condições de enfrentar o que vai acontecer no país.”

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou repetir a pergunta para o senhor. O senhor conheceu ou esteve reunido com o ministro Augusto Nardes para tratar desse assunto? O senhor tem conhecimento se o ex-presidente Jair Bolsonaro esteve reunido com o ministro Augusto Nardes? Qual seria esse “time do Bolsonaro”? O senhor fazia parte desse time? O senhor, general, faz parte desse time alegado aqui pelo Augusto Nardes?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não, eu... realmente... o que o ministro conta... nada do que ele fala aconteceu. Já é uma história meio fantasiosa. Eu nunca conversei com o ministro Augusto Nardes sobre esses assuntos e não me lembro... posso não ter presenciado. Eu tinha um acesso permanente ao gabinete do presidente, conversava com ele, sempre fui extremamente leal, continuo a ser, e eu acho que é dever de um ministro de Estado ser um ser político. Eu era um ser político, agora, os que me cercavam, não. Essa história de time do Bolsonaro... todos os presidentes da República – eu trabalhei diretamente com 3 – têm uma equipe que é mais próxima dele, em quem ele confia, com quem ele pode tratar de determinados assuntos que são mais reservados. Mas essa história de time; não é time, é uma equipe que trabalha pelo sucesso do país, pelo sucesso do governo, e o presidente Bolsonaro também tinha esse time. Eu tinha muito orgulho se chamarem isso de time. Eu tenho muito orgulho de ter sido diretamente ligado a ele e ter sido muito fiel a ele como ministro, ministro do Gabinete de Segurança Institucional, que é uma instituição muito importante. E acho que essas outras fantasias não colam porque não há consistência, são histórias sem consistência. Tanto que o que ele falou não aconteceu nada. Nada disso. “Daqui a 10 dias, daqui a 5 dias, daqui a uma semana.” Nada disso aconteceu. É uma história pouco...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pelo que o senhor está falando, esse ministro é um fanfarrão.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não. Eu não chego a esse ponto, mas não sou eu que estou dizendo. As afirmativas que ele fez, nenhuma aconteceu. A única coisa que ele falou com fundamento foi a erisipela que o presidente teve na perna.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Fora isso, é tudo fantasia.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – É. Pode não ter sido uma fantasia no pensamento dele, mas não aconteceu nada de palpável nisso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sou eu que estou dizendo: pelo que o senhor está falando é um fanfarrão.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não. Não chego a esse ponto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, o senhor entende que a culpa de os manifestantes não se desmobilizarem seria o fato de o ex-presidente da República e os generais, como o senhor e o Braga Netto, não terem declarado ao público que aceitavam o resultado das eleições? Pergunto: por que o senhor não foi a público defender a democracia e dizer àqueles manifestantes que pediam intervenção militar que o Exército Brasileiro defende – e sempre defenderá – a democracia, as instituições e o Estado democrático de direito?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Esse papel do Exército, na história do Brasil, está muito nítido. Quem conhece a história do Brasil sabe que o Exército sempre se pautou pela legalidade, pela democracia e por esses princípios democráticos. Eu acho que isso aí não tinha razão para ser dito. Outra coisa: eu, como ministro, não podia passar por cima do presidente e declarar uma coisa que era competência dele. E cabe a ele decidir quando é que vai falar isso. Ele falou, inclusive, na saída de uma entrevista aí...

(Intervenção fora do microfone.)

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – No debate, né? Foi depois de um debate. Ele falou para uma jornalista que, quem ganhasse a eleição, estava liquidado o problema. Ele usou até um termo...

(Intervenção fora do microfone.)

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – É. Ele disse: “Quem tiver mais votos leva”. Textualmente, ele disse isso. Então, isso já tinha sido dito. Não adiantava ficar cozinhando isso. Ele já tinha dito: “Quem tiver mais votos leva”. E foi exatamente o que aconteceu.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General Heleno, durante o governo do ex-presidente Bolsonaro, foi veiculado pela grande imprensa um áudio do senhor informando que precisava tomar 2 Lexotans na veia, por dia, para não levar o ex-presidente Bolsonaro a tomar uma atitude mais drástica contra o STF. O senhor poderia explicar melhor isso e qual seria essa atitude mais drástica? Sem essas doses extras de calmante, o senhor levaria o ex-presidente a tomar uma atitude impensada e drástica? Eu vou passar o áudio e, em seguida, o senhor responde.

(Reprodução de áudio.) “... estamos enfrentando uma divergência – vou evitar usar um termo mais forte – entre os Poderes, que é de domínio público. Temos um dos Poderes que resolveu assumir uma hegemonia que não lhe pertence, não é... não pode fazer isso, está tentando esticar a corda até ela arrebentar. Nós estamos assistindo a isso diariamente, principalmente da parte de dois ou três ministros do STF, e que eu particularmente sou o responsável, entre aspas, por manter o presidente informado, eu tenho que tomar 2 Lexotans na veia por dia para não levar o presidente a tomar uma atitude mais drástica em relação às atitudes que são tomadas por esse STF que está aí.”

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, eu vou repetir: que atitude drástica seria essa que seria tomada contra o STF se o senhor não tomasse essa dose de calmante para acalmar o presidente?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Bom, a frase foi retirada de um contexto de uma palestra de 40 minutos, 50 minutos. Ela foi retirada do contexto e foi apresentada. Eu falei muito e de maneira jocosa, porque, primeiro, lexotan não se toma na veia. Então, já começa daí. Então, foi uma brincadeira que foi feita e a atitude mais séria que o presidente poderia tomar seria fazer um rompimento declarado com o STF, por exemplo. Isso poderia acontecer? Poderia. Então, houve uma série de atitudes do STF que poderiam desagradar uma parte da população, poderiam desagradar o próprio presidente. Mas eu falei num contexto muito mais ameno. E, lógico, essas atitudes drásticas eram da iniciativa dele e ele fez questão, mesmo com a corda sendo esticada, ele manteve a tranquilidade e ele conduziu as coisas da melhor maneira possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor foi um conselheiro para essa atitude drástica, esse rompimento não acontecesse?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não. Eu sempre procurava atuar como um poder moderador, porque eu era ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Então, cabia a mim trabalhar em prol da segurança institucional, mas o presidente nunca precisou que eu dissesse para ele: “Oh, estou tomando lexotan para o senhor não fazer nada”. Não, ele passou o mandato todo sendo massacrado. Realmente, isso aí é notório. Ele conseguiu manter a tranquilidade e a calma dentro do contexto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas o senhor o aconselhava para que ele tivesse essa calma e não houvesse rompimento com o STF?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não. Era uma atitude mais do que normal para a minha posição, para a minha idade, para a minha experiência, eu aconselhar que não se partisse para nenhuma atitude que viesse causar maiores repercussões.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Estou falando isso, general, até para fazer um reconhecimento público ao senhor, general do Exército Brasileiro.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – É...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Se o senhor aconselhou para que não houvesse esse rompimento institucional, para que não tentassem fechar o Supremo Tribunal Federal, o senhor está de parabéns e eu quero reconhecer aqui.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Muito obrigado. Eu não fazia com essa intenção de ser parabenizado, mas eu agradeço pelos parabéns.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, o ministro Ricardo Cappelletti, ao assumir interinamente o GSI, informou que o senhor tem muito a explicar, que pilotou um carro por 4 anos e o estragou, entregando-o avariado e contaminado para o general G. Dias. Na mesma toada, ele levanta a questão sobre de quem seria a culpa pelos atos do dia 8 de janeiro de 2023, do motorista que conduziu um veículo por 4 anos ou de alguém que estava com o carro há apenas 6 dias? O que o senhor teria a explicar sobre isso, general?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu lamento que o doutor Cappelletti conheça tão pouco do GSI. Ele realmente não conhece nada do GSI e a acusação que ele faz é totalmente infundada. O GSI, quando eu assumi, vinha do general Sérgio Etchegoyen, vinha de uma época em que ele foi, praticamente, extinto como ministério e a atribuição dele era praticamente fazer a segurança do presidente nas viagens, a segurança das residências do presidente e do vice-presidente. Então, a missão do GSI havia sido bastante condensada no final do governo da presidente Dilma Rousseff. A verdade é que o doutor Cappelletti não conhece nada de GSI. Eu recebi o GSI do governo Temer muito bem estruturado, muito bem trabalhado pelo general Etchegoyen. Eu mexi muito pouco no GSI, mantive praticamente todo o pessoal – uma boa parte vinda do governo Dilma – e coloquei pouquíssimos meus... meus amigos – entre aspas – que eu conhecia funcionalmente. A grande maioria do GSI é de militares. Eu jamais fiz qualquer comentário político no GSI. Quando eu fazia palestra no GSI, eu procurava fazer orientação em relação a atitudes em viagens. As viagens do presidente eram muito dinâmicas, às vezes, 3 viagens por semana, o que significava que nós teríamos que botar na rua 3 escalões avançados, todo esquema de viagem. Três dias da semana... não era fácil. E eu nunca conversei sobre política com os meus seguidores... com os meus seguidores não, os meus...

(Intervenção fora do microfone.)

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – É. Agora mudou esse termo. Subordinados, agora são colaboradores. Eu não tinha com os meus colaboradores nenhuma conversa política, de maneira nenhuma, porque eu sabia que ali era uma atitude funcional que não podia ser maculada por nenhum contorno político, ela tinha que ser mantida exatamente dentro dos limites de atuação profissional. Isso foi feito o tempo todo. Eu mantive essa conduta o tempo todo. Jamais conversei sobre política com os meus subordinados. Jamais fiz nenhuma pregação política. Nunca aceitei qualquer tipo de conversa nesse sentido. Então, eu lamento que o doutor Cappelletti seja tão mal informado em relação ao GSI, que é um ministério muito importante. Depois, eu vou pedir para ler as missões do GSI. Tenho certeza de que muitos vão se assustar. Inclusive, muita gente da imprensa que cobria o GSI desconhecia as missões do GSI. Então, eu vou ler aqui rapidamente, depois, as missões para o pessoal ver que não havia tempo no GSI para outra coisa que não fosse trabalhar em prol do cumprimento das missões – e foram muito bem cumpridas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, pelo que o senhor está falando do GSI, vou fazer uma pergunta muito objetiva ao senhor: aquele tenente, ou era sargento, que foi pego com drogas dentro de uma aeronave da Força Aérea, lá na Espanha, fazia parte do GSI?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não. Não. O que aconteceu ali foi um descontrole da... Houve uma falha de fiscalização? Claro. Se ele estava de posse dessa quantidade de droga, houve alguma falha no caminho. Mas ele não estava numa missão do GSI. Ele estava numa aeronave que ia substituir uma tripulação que era do GSI, que estava chegando, que ia ser substituída. Ele estava lá para voltar, ele não estava lá para participar da missão do presidente. Ele ia voltar e não era membro do GSI.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ele não era do GSI?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não. Não era do GSI. Ele foi devidamente punido pelo inquérito que foi feito em relação a isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas não havia uma fiscalização para verificar o que seria colocado na aeronave?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – É o que eu estou dizendo. A fiscalização

existia. Houve uma falha? Claro que houve, senão ele não poderia ter aparecido com essa cocaína na Espanha. Então, houve uma falha? Houve uma falha. Mas nós estávamos começando o governo. Nós não tínhamos ainda uma noção perfeita de como era feita essa fiscalização. Isso foi aperfeiçoado. Jamais aconteceu outro incidente desse tipo, e o fato foi superado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General Augusto Heleno, o senhor realizou uma transição quando deixou a chefia do GSI? O senhor deixou o GSI no dia 31 de janeiro de 2023 (*sic*). As pessoas que ocupavam cargos de confiança em sua gestão ainda ficaram mais dias no GSI?

General, o major José Eduardo Natali de Paula Pereira foi nomeado em cargo no GSI durante a sua gestão?

General, a mídia diz que o senhor aparelhou o GSI e que muitos de seus informantes continuaram no órgão após sua saída. Pergunto: o senhor havia concordado em depor nesta CPI em 19 de abril de 2023. Um dia antes, o senhor desistiu de depor. No dia 19 de abril de 2023, surgiram imagens na CNN do ex-ministro Gonçalves Dias no Palácio do Planalto. O senhor teve alguma participação na divulgação daquelas imagens? Foi alguém que trabalhou com o senhor que repassou aquelas imagens à imprensa? O senhor sabia que aquelas imagens seriam divulgadas na manhã do dia 19 de abril de 2023 e, por isso, decidiu não comparecer a esta CPI?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não. Eu percebi que a época que eu viria aqui foi exatamente na época que apareceram aquelas imagens de dentro do Palácio do Planalto. Eu desconhecia totalmente aquilo ali e não tenho a menor noção do que aconteceu. Eu estava em casa. A partir do dia 31 de dezembro de 2022, meia-noite, eu entreguei o GSI em perfeitas condições. Essa história da transição tem um argumento que é incontestável. O general Gonçalves Dias... Eu sempre tive um bom relacionamento com ele. Me coloquei à disposição para conversar o que ele quisesse. O meu secretário executivo fez quatro palestras para ele. Numa delas ele levou, inclusive, o ministro Aloizio Mercadante. Então, foi passado tudo que ele quisesse saber sobre o GSI. Se colocou para ele que ele tiraria quem ele quisesse e colocaria quem ele quisesse, a partir do momento em que ele participou da transição. Então, essa história de dizer que a transição não foi bem feita não tem fundamento também. É narrativa. É coisa que não tem, realmente, qualquer apoio em fatos verídicos. Então, essa afirmação do doutor Cappelli é infundada. Eu lamento que ele tenha pensado assim. Tenho certeza que ele não conhece nada de GSI. Ele não tem ideia do que é o trabalho do GSI e, agora, talvez, no governo, ele consiga aprender um pouco mais.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Antes de passar a palavra ao deputado Hermeto, que é o relator e irá inquiri-lo, eu vou dar oportunidade para que o senhor explique as funções do GSI. É que o senhor falou aqui que gostaria de explicá-las.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Vamos lá. Então, é lógico que a missão mais evidente do GSI, talvez a mais relevante, pela importância nacional do problema, é a segurança pessoal do presidente, do vice-presidente, de seus respectivos familiares. Zela ainda pela segurança dos palácios presidenciais e das residências do presidente e do vice-presidente da República; assiste diretamente o presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente quanto a assuntos militares e de segurança; analisa e acompanha questões com potencial de risco, prevenção de crises e as gerencia em caso de grave e iminente ameaça à instabilidade institucional – isso aí está escrito no próprio nome do GSI –; coordena as atividades de inteligência federal, segurança da informação e das comunicações – essa atividade passou ao controle da Casa Civil, recentemente, porque para lá foi transferida a ABIN, a Agência Brasileira de Inteligência –; coordena e supervisiona a segurança da informação – aí incluídas a segurança cibernética, a gestão de incidentes computacionais, a proteção de dados e o tratamento de informações sigilosas. Agora vem a parte de que muito pouca gente toma conhecimento: coordena, como órgão central, as atividades do sistema de proteção do Programa Nuclear Brasileiro; planeja e coordena todas as atividades do sistema espacial brasileiro; coordena os assentimentos prévios que são fornecidos para instalação de rádios, para exploração de minérios, principalmente, na área de fronteira; acompanha as questões referentes a esse setor espacial brasileiro; acompanha assuntos pertinentes a

terrorismo e ações destinadas à sua prevenção e neutralização e participa da troca de informações, inclusive com o exterior, para avaliar o risco de ameaça terrorista; acompanha a situação das estruturas críticas. Esse é um problema muito sério. O Brasil tem uma enormidade de estruturas críticas que têm que ser acompanhadas para evitar que acidentes aconteçam nessas estruturas críticas. Então, as missões do GSI vão muito além daquelas que são do conhecimento de toda a população. O GSI é um ministério muito importante para o país. Então, eu acho que isso aí mostra que o GSI não teria tempo de se envolver em golpe. Eu nunca chamaria um funcionário, um subordinado meu e diria: "Oh, você vai participar de uma reunião e depois você me conta o que vai acontecer, o que eles estão planejando aí. Nós estamos querendo dar um golpe". Isso aí é completamente fora de qualquer tipo de elucubração, de qualquer tipo de fantasia que possam criar aí. É absolutamente fora de cogitação. E uma outra coisa: deixei o general G. Dias trazer quem ele quisesse e providenciei a exoneração daqueles que eu tinha levado. Exonerei todos. No dia 31 de dezembro, não estavam mais lá. Agora, eu reconheço que 8 dias no GSI com todas essas missões é muito difícil o camarada dizer: "Não, eu agora estou *expert*". Não, eu levei tempo para conhecer bem o GSI, poder participar de todas essas missões com conhecimento de causa. Isso é natural, nessas mudanças de função acontece isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, general Heleno.

Eu passo a palavra, pelo tempo que ele achar necessário, ao relator, deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO – Bom dia, general. Bom dia a todos.

Eu vou fazer a primeira pergunta, general, com relação ao que o senhor terminou de falar sobre o GSI. Nós vimos o major, naquele dia 8, dentro do Palácio do Planalto, a grande mídia mostrou-o até dando água, de certa forma ali, tranquilo. E o general G. Dias disse que aquela era uma forma de conduta dele na situação em que se encontrava o palácio. O senhor concorda com essa forma de conduta – o senhor que foi chefe do GSI, general ministro? A que o senhor atribui a conduta do general G. Dias naquele dia?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu não tenho como comentar isso aí. Eu fui saber quando vi os filmes. Eu não tenho... É muito difícil a gente fora do problema... Eu estava em casa, eu já estava completamente fora de qualquer situação. Então, fica muito difícil a gente comentar atitudes onde há um foco em cima de uma determinada ação. Não sei o que está acontecendo em volta. Qualquer comentário que se faça provavelmente será leviano, ele não vai ter consistência. Eu não tenho condições de comentar isso. Assisti aos vídeos que passaram e não tenho condições, não tenho dados para fazer qualquer comentário em relação àquilo. Não sei quem é que estava em risco, quem é que não estava em risco, quem é que estava ali, quem estava de serviço, quem não estava, não tenho a menor ideia.

DEPUTADO HERMETO – O referido major foi nomeado, foi indicação do senhor para o GSI? Falo do major que aparece nas imagens – me foge o nome dele.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não, indicação minha direta não foi. Eu tinha cerca de mil colaboradores no GSI, 90% ou vinham por indicação das forças ou já estavam no GSI quando eu cheguei. Então, eu não tenho maiores informações sobre... Não tenho a lembrança de quem... Alguns, é lógico, eu me lembro que trabalharam comigo em outras situações. Eu ou os mantive no GSI, porque eram meus conhecidos, ou eu os levei para trabalhar comigo porque tinha confiança. Mas 90% permaneceram nas suas funções quando eu cheguei e ficaram todo tempo que foi autorizado pelas respectivas forças. Porque o GSI, por exemplo, no caso dos militares, recebe as indicações, as nomeações das forças. A Marinha indica, a polícia indica, a Polícia Federal, a gente não dá nome. Normalmente a gente pede a indicação e vem...

DEPUTADO HERMETO – Dá um perfil.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Isso. As indicações têm sido muito boas. Eu passei 4 anos no GSI, não tive aborrecimento, praticamente nenhum, com os servidores do GSI. Eles eram muito competentes, muito dedicados. O período do presidente Bolsonaro foi um período duro para o GSI, muitas viagens, muito movimento para lá e para cá, e nós

sabíamos que era uma tarefa difícil, mas eu confiava muito na qualidade dos meus funcionários, dos meus servidores, dos meus colaboradores.

DEPUTADO HERMETO – É comum, general Heleno, vários militares passarem de um governo para o outro, ou seja, serviram ao presidente Bolsonaro, serviram ao antecessor Michel Temer e vão passando, porque o militar é servidor do Estado. Eu sempre digo que o militar está ali para cumprir a sua função, as ordens. Passar de um governo para o outro é comum?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – É comum, claro, porque não há uma quantidade de gente para ficar trocando. Além disso, não há conotação política nenhuma nessas nomeações, nessas indicações; pelo contrário, é o tipo da instituição que tem por obrigação ser apolítica e apartidária. Não pode ser uma instituição partidária, política. Isso foge a toda concepção que a gente tem de segurança. Então, não existe essa possibilidade, não existem indicações que sejam políticas.

DEPUTADO HERMETO – Eu fiquei praticamente 30 anos na Polícia Militar, sou subtenente da reserva. Quando me mostraram os atos do dia 8 e ventilaram que a Polícia Militar tinha facilitado o acesso... Nós sabemos, hoje – aprofundando as investigações nesta CPI – que aqueles 200 policiais que estavam na Esplanada naquele dia foram jogados para serem abatidos, tamanha era a discrepância do efetivo que havia naquele dia. Uma repórter me perguntou sobre a possibilidade de esses policiais terem facilitado o acesso. Eu disse o seguinte: “O militar, a Polícia Militar, não só do Distrito Federal, serve ao Estado. Podemos ter até preferências, mas, quando vestimos farda e a envergamos, nós vamos cumprir o nosso dever.”

Então, os policiais militares que estavam naquele dia de serviço, na Esplanada dos Ministérios, foram vítimas. Se houve uma conduta fora do padrão... “Ah, o policial tirou uma *selfie*; ah, o policial facilitou...” Ele vai responder individualmente, não a corporação.

General, a quem o senhor atribui a derrota do ex-presidente Bolsonaro na última eleição? Se o senhor quiser responder. O senhor acredita que foram eleições justas? Houve igualdade de poder entre os dois principais candidatos? O senhor acha que, se o presidente tivesse perdido a eleição e – como todos os outros – tivesse reconhecido a derrota, ligado para o presidente Lula, o senhor acha que não teria acalmado os ânimos de todos que estavam nos acampamentos, que estavam fazendo aqueles movimentos? Se o presidente falasse: “Vamos para a oposição, vamos aceitar essa derrota”.

Eu e vários aqui já perdemos eleições. Eu perdi duas para chegar ao parlamento. O que fazemos? Ficamos recolhidos na nossa tristeza, no luto e seguimos em frente. Vamos para a oposição, vamos trabalhar para recuperar e poder voltar. É assim. Se o presidente tivesse feito isso, o senhor acha que teria abafado qualquer tipo de investida?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Deputado Hermeto, eu realmente não tenho uma opinião firmada sobre isso. Os fatos é que produzem essas reações. Eu não tenho condições de avaliar o que aconteceria se houvesse esse reconhecimento. Isso aí é muito difícil avaliar. É muito difícil quem não está vivendo diretamente a situação – como era o caso do presidente Bolsonaro – fazer uma avaliação do que seria esse reconhecimento. Eu tenho impressão de que ele simplesmente considerou a vitória e resolveu sair de sintonia. Eu acho que... sei lá... eu não tenho... é o tipo da decisão pessoal e intransferível. Não tem como eu avaliar isso.

DEPUTADO HERMETO – Eu só fiz essa pergunta porque...

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Agradeço, agradeço a sua pergunta.

DEPUTADO HERMETO – ... o senhor disse que era muito próximo. Então, o senhor tinha...

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu era próximo, mas não tinha condições de avaliar essa outra atitude. Eu queria só – o senhor desculpe – fazer um comentário. Eu tenho um enorme, um enorme apreço pela Polícia Militar do Distrito Federal. Eu considero... talvez não seja a polícia mais exigida do Brasil, mas de que é uma das mais, eu não tenho a menor dúvida. É a capital federal. Aqui tem de tudo, toda hora. A polícia é requisitada todo o tempo.

Nas atividades mais diversas, ela participa da vida da cidade, intensamente. E não é fácil ser policial, não é fácil ser policial com algumas concepções que existem por aí. Então, é dura. A missão do policial é muito dura. É preciso ter muita consciência. Ele passa muito tempo longe da família. Ele se afasta da esposa, dos filhos. Então, isso aí tem que ser muito considerado e muito respeitado na vida do policial. Eu tenho uma admiração profunda pela Polícia Militar. Por todas elas. Eu não tenho queixas das polícias militares. Elas sempre atuaram com muita presteza e com muita competência. Mas especialmente a do Distrito Federal é presenteada com uma série de atividades que não termina nunca. Termina uma, começa outra; termina uma, começa outra. O cara está praticamente sempre de serviço. Não é uma missão fácil.

DEPUTADO HERMETO – Aproveito o gancho do senhor para fazer uma pergunta que não está no meu *script*. O senhor falou da Polícia Militar, especificamente a do Distrito Federal. O senhor teve muito contato com a Polícia Militar, devido ao trabalho dela. A Polícia Militar vem de uma escala terrível, com um efetivo extremamente reduzido. Nós chegamos, anos atrás, a ter 15, 16 mil homens. Hoje, temos 10 mil.

A Polícia Militar veio de uma eleição polarizada. Ela participou do Sete de Setembro, participou da posse do presidente Lula, participou de vários atos na Esplanada dos Ministérios, sempre com honradez, sempre buscando entendimento. Eu mesmo – vou repetir aqui no parlamento – participei do *impeachment* do Collor. Eu fiquei 16 horas, em pé, na Esplanada dos Ministérios. Depois, ia descansar dentro dos ônibus. Sem ir para casa, general. Usava os banheiros dos ministérios. Sem ir para casa. Sabemos do grau de responsabilidade da corporação.

Alguns atribuíram à Polícia Militar, de grande modo, facilitação, naquele dia, para que houvesse aqueles atos nos prédios públicos. O senhor acha que a Polícia Militar, de alguma forma, poderia contribuir dolosamente para os atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Pelo que eu conheço da Polícia Militar, não. Não ia contribuir para acontecer distúrbio, porque não faz parte da formação da Polícia Militar uma atitude desse tipo. E aqui a Polícia Militar é realmente muito exigida e sempre corresponde. Ela não faria isso. Eu não, não... Claro, eu não estava junto, mas, pelo que eu vivi ao longo de muito tempo... porque eu fui chefe do gabinete do ministro do Exército. Eu servi em Brasília muito tempo e sempre vi a Polícia Militar com uma atividade altamente profissional, sendo muito requisitada e sempre conseguindo superar todas as dificuldades, inclusive essa dificuldade séria que é de efetivo, né? Ela consegue superar.

DEPUTADO HERMETO – General, qual a opinião do senhor quanto ao acampamento montado em frente ao Quartel-General do Exército em Brasília? O senhor tinha conhecimento da pauta daqueles manifestantes?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Olha, eu não estive nenhuma vez no acampamento. Eu conheci o acampamento de fotografia, né? Eu não estive nenhuma vez no acampamento. Mas acredito, pelo que se escuta, que o acampamento era um local sadio, onde se faziam muitas orações, em que se reuniam para conversar sobre assuntos; logicamente, muitos deles políticos. Mas eu não sei como era a organização do acampamento. Não sei como é que eles se... Não sei mesmo como é que eles se resolviam em termos de alimentação, em termos de assistência, né? Tinha, inclusive, crianças, né? Muitas mulheres, muitas crianças, né? Então, eu acho que o acampamento foi uma atividade que durou muito tempo, sem nenhum acontecimento de maiores consequências ruins e foi uma experiência nova em termos de manifestação política, uma manifestação ordeira, disciplinada, que deve ter acrescentado alguma coisa aí, nos movimentos políticos brasileiros.

DEPUTADO HERMETO – General Heleno, as eleições passadas revelaram uma certa politização das Forças Armadas, por consequência do alinhamento com o governo do ex-presidente Bolsonaro, de forma que não era incomum se encontrarem vídeos de militares falando sobre política e, por consequência, do ex-presidente Bolsonaro.

Na sua concepção, o senhor não acha que isso acabou interferindo no posicionamento mais firme das Forças Armadas frente aos acampamentos, ou seja, para a retirada do acampamento?

Essa politização, essa forma como foi conduzida a situação não interferiu, não?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Olha, quando eu ouço falar dessa história da politização das Forças Armadas, eu considero esta frase: “As Forças Armadas se politizaram”... Essa expressão também não é fundamentada. O que aconteceu, no governo Bolsonaro, é que houve um aproveitamento grande de militares dos mais diferentes postos na estrutura, mas um aproveitamento que, em relação ao que os outros costumam povoar, ministérios, houve uma série de candidatos militares a parlamentos. E isso aí... Eu acho que o fato de o presidente ter apoiado muitas vezes, militares serem colocados até em empresas estatais, em situação de destaque, em algumas empresas... Isso é uma prova até de inteligência. Eu vou me basear pela minha vida militar. Eu fiz 7 anos de Colégio Militar, 4 anos de Academia Militar das Agulhas Negras, 2 anos de Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 3 anos de Escola de Estado Maior do Exército e poderia ter feito mais 1 ano de Escola Superior de Guerra. O ministro me liberou, tive outra missão, mas eu estudei 20 anos, eu acho. Então, o aproveitamento dos militares diante de toda a vida que a gente dedica ao país e estuda profundamente alguns problemas que são estratégicos, problemas nacionais, que precisam de conhecimento de causa... Então, o aproveitamento de militares em cargos civis, dentro da estrutura do país, que não foi nada exagerado, é um ato de inteligência, porque é gente preparada. O país investiu nesses militares, para que tivessem posição de destaque na sociedade. Então, o aproveitamento dos militares é uma atitude inteligente. Eu sempre achei isso e sempre considerei que fosse um aproveitamento extremamente sensato, de uma classe de brasileiros que têm direito de participar da vida do país. Então, não vejo nada demais nisso, não.

DEPUTADO HERMETO – Eu também não vejo, porque o militar é preparado, como o senhor disse, para várias situações e com vários cursos. E há uma coisa que o militar tem, mas, no meio político, é escassa: lealdade.

O senhor chegou a conversar com o ex-presidente Bolsonaro sobre esse acampamento? O senhor chegou a conversar com o general Braga Netto ou o general Dutra sobre esse acampamento? Em algum momento, alinharam algum tipo de posicionamento sobre ele? O senhor chegou a conversar com o general Dutra sobre o acampamento?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não. Eu não tive essa oportunidade exatamente porque eu não conhecia o acampamento. Eu sabia que ele existia, sabia que era movimentado. Chegou a ter cerca de mil e poucos ocupantes ali, que iam ao acampamento, gente que ia e voltava. Eu sabia de coisas esparsas, mas nunca soube detalhes do acampamento. Para mim, foi uma atividade desenvolvida por gente que achava que devia participar de movimentos que eram pacíficos, ordeiros, que acho que acrescentaram... Esse conhecimento político da população é muito importante. O envolvimento político da população é muito importante para o país. Esses acampamentos não foram só em Brasília, aconteceram no Brasil inteiro. Eles foram realizados com esta intenção de materializar uma posição e terem uma atitude política. Exatamente porque não me interessava essa atitude política – eu estava afastado do Exército há muito tempo –, eu não fui aos acampamentos. Não fui a esse acampamento aqui de Brasília nenhuma vez; não sei nem como ele funcionava.

DEPUTADO HERMETO – Há um Twitter do senhor curtindo aqui. Coloque para mim, por favor.

No dia 9 de janeiro de 2023, foi publicado, no *site* de notícias Brasil de Fato, uma informação dando conta de que o senhor interagiu com uma publicação de teor – entre aspas – golpista, que implorava por sua ajuda aos bolsonaristas. Em um dos trechos da mensagem curtida pelo senhor consta: “Sermos pacíficos não adiantou”. Esse tuíte foi feito às 13 horas e 8 minutos do dia 8 de janeiro de 2023, poucas horas antes dos atos de vandalismo na Praça dos Três Poderes. Pergunta: general, o senhor curtiu essa mensagem antes ou depois dos atos de vandalismo do dia 8?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não, o que aconteceu no dia 8 eu assisti de casa. Eu não tinha nenhum conhecimento do que poderia estar se organizando. Eu estava em casa. Eu tinha, simplesmente, deixado qualquer tipo de atividade política, porque não... deixou de ser da minha alçada e do meu interesse direto. Então, eu simplesmente desliguei.

Simplesmente, desliguei.

DEPUTADO HERMETO – O senhor curtiu o tuíte?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu não me lembro se curti tuíte. Eu não me lembro. Realmente, não me lembro. Eu teria que ler com calma. Não me lembro.

DEPUTADO HERMETO – Está aqui a curtida do tuíte.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu recebo cerca de trezentos, quatrocentos zaps por dia.

DEPUTADO HERMETO – É o senhor que responde no Twitter ou é a assessoria do senhor?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não, eu que respondo. A maioria... Eu tenho colaboradores que me ajudam, às vezes, a trocar uma palavra, botar uma coisa aqui, mas realmente sou eu que procuro manter o Twitter atualizado. E, depois que deixei o ministério, os meus tuítes são tipicamente funcionais, tipicamente apartidários. Nada de política.

DEPUTADO HERMETO – O senhor conhece o coronel José Plácido Matias dos Santos. Ele já foi subordinado, ou seja, colaborador do senhor no GSI? A justificativa a essa pergunta, general...

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – É Plácido.

DEPUTADO HERMETO – O coronel José Plácido, no dia dos atos, dia 8/1, teria pedido, em suas redes sociais, que as Forças Armadas – entre aspas – entrassem no jogo, dessa vez do lado certo. Também teria conclamado que o comandante do Exército cumprisse o seu dever e não se submetesse às ordens do maior ladrão da história da humanidade.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – É só uma correçãozinha: o senhor está chamando... não é Plácido, é Plácídio.

DEPUTADO HERMETO – Desculpe-me. Plácido. Não é Plácido, não.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não, tudo bem. Ele era do GSI, já tinha deixado o GSI. Ele era um camarada que eu já conhecia, ele foi meu subordinado anos antes, no Comando Militar da Amazônia. Sempre foi um camarada entusiasmado, Forças Especiais. E teve essa manifestação. Dentro do regulamento, é permitido que o militar tenha manifestações depois que vai para a reserva. E ele se valeu disso. E isso aí não trouxe consequência nenhuma. A manifestação do Plácido é válida. Foi o que ele achava na hora e externou a opinião dele, e pronto. Assunto encerrado.

DEPUTADO HERMETO – Ok. O senhor mantém algum tipo de relação com o ex-ajudante de ordem do ex-presidente Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid, e com o major Ailton Barros? O senhor tomou conhecimento dos áudios amplamente divulgados pela imprensa em que os dois discutem um golpe de Estado?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu tomei. Eu tomei conhecimento e não dá para levar isso aí a sério, não é? Porque é o que eu falei: um golpe de Estado é um movimento que tem que ter chefe, tem que ter objetivo, tem que ter uma...

DEPUTADO HERMETO – O senhor acha, então, que foi uma bravata?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – ... coordenação. É, isso é conversa, como a gente diz: conversa de pica-fumo. O cara vai ali, fala o troço, não sei o quê, mas morre ali. Agora se estão chegando, no Brasil, ao ponto de vasculhar celular do camarada e não sei o quê, aí corre o risco de ter várias dessas manifestações. E são muito pessoais, muito limitadas. Eu sou amigo do coronel Cid. Ele teve uma função muito importante. Ele era um camarada de absoluta confiança do presidente. Eu respeito muito o conhecimento profissional do coronel Cid. E agora tomei conhecimento de algumas coisas. Não tenho como comentar porque não sei até agora a veracidade disso que divulgaram.

DEPUTADO HERMETO – Eu tenho muitas perguntas aqui, mas algumas já foram respondidas no questionamento do nosso presidente da CPI. Em razão dos meus colegas parlamentares, muitos vão fazer perguntas e o tempo deles é mais curto, eu vou me restringir

à essas perguntas e agradecer ao senhor por estar aqui hoje. Presidente, dou por satisfeito o meu questionamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputado Hermeto, nosso relator.

Pela ordem de chegada, está agora com a palavra, por até 25 minutos, o deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Obrigado, presidente. Boa tarde a todos e a todas que assistem a nós. Boa tarde, general.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Boa tarde.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Obrigado pela presença na Câmara Legislativa.

Eu queria começar com uma breve reflexão. Acho que nós estamos trabalhando hoje diante de duas teses – parece-me: uma de que o dia 8 foi uma obra do acaso, foi obra de um grupo radicalizado, sem planejamento, sem intenção; outra de que o dia 8 é resultado de um processo orquestrado, de um processo que teve planejamento intelectual, planejamento financeiro, e que, de fato, houve uma tentativa de golpe neste país.

A tentativa de golpe ou o golpe na ordem democrática talvez seja um dos crimes mais difíceis de se apurar. Se o crime do golpe tivesse se consolidado, provavelmente, eu não estaria sentado aqui inquirindo o senhor ou muitos dos nossos parlamentares não estariam aqui. Ele é um crime com nuances. A investigação tem muitas nuances.

O nosso dever como CPI, como Comissão Parlamentar de Inquérito, é não tratar nenhuma conspiração preliminar, nenhum diálogo intencional, doloso, especialmente de autoridades públicas que ocupavam cargos estratégicos, como bravata. Eu penso assim pelo papel institucional que esta CPI tem com a democracia brasileira, porque, em outros momentos da história brasileira, os golpistas prevaleceram e os que foram vencidos tiveram que deixar suas casas, tiveram que deixar o país, muitos foram torturados e muitos foram mortos. Então, este país não pode brincar com a palavra golpe. É muito fácil, hoje, para as pessoas que estão sendo investigadas por golpe, mesmo tendo tentado ou não, dizerem que não era a intenção, dizerem que não era golpe, porque o golpe do dia 8 não prevaleceu.

Então, eu acho que são importantes essas reflexões iniciais, porque me parece que há uma tentativa constante – inclusive, por falas muito graves de autoridades federais – de tentar provar uma narrativa – que, do meu ponto de vista, não se sustenta – de que o que aconteceu no dia 8 foi obra do acaso.

Eu quero começar, general, com perguntas sobre a sua relação com o Supremo Tribunal Federal. No dia 22 de maio de 2020, havia um boato de que o Supremo poderia mandar apreender o telefone do filho do presidente – houve esse boato – ou apreender até o telefone do presidente Bolsonaro. Noticiaram isso naquela manhã e teria havido uma reunião de emergência. O senhor se recorda dessa reunião de emergência?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Recordo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A imprensa divulgou que o presidente da República estaria se articulando para fechar o Supremo Tribunal Federal. Isso é verdadeiro?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E quem estava nessa reunião?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu estava, deveria ter umas 3 ou 4 pessoas.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor lembra quem?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não. Havia chegado a notícia de que o ministro Celso de Mello iria mandar apreender o telefone do presidente da República. Eu era o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Que segurança institucional nós iríamos passar a viver, a partir do momento em que o telefone da maior autoridade do país, eleito...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas era um boato ou havia uma decisão judicial assinada?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não, não foi boato. O ministro declarou isso. Não foi boato. Então, eu fiz uma nota...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ele mandou a PGR se manifestar sobre o assunto, mas ele não decretou?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não. Mas eu também me antecipei a que o fato acontecesse, porque ia ser uma desmoralização ao presidente da República entregar o celular dele apreendido.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E não seria uma desmoralização para a harmonia dos Poderes o presidente da República se negar a se submeter a uma decisão judicial?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não, mas isso não aconteceu. Ele não se negou, eu apenas alertei que era uma atitude extrema; que eu não considerava uma atitude – vamos dizer – válida naquele momento, e alertei que isso poderia trazer sérias consequências.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E o senhor, posteriormente, assinou uma nota do Gabinete de Segurança Institucional.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Isso. Uma nota minha.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor não acha que é uma nota intimidatória à harmonia dos Poderes?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não. Intimidatória, não. É uma nota realista. Não é intimidatória! Que intimidatória! Eu não tenho a tropa na mão. Isso é o que eu falei do golpe.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – É função do Gabinete de Segurança Institucional?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – É claro que é.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Intimidar ministro do Supremo Tribunal?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Intimidar? Eu intimidei o ministro do Supremo com isso?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Do meu ponto de vista.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Espero que não. Eu espero que não tenha intimidado ninguém. Do meu ponto de vista, eu não intimidei ninguém. Não tenho nem tropa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Do meu ponto de vista, um ministro de Estado?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não tenho tropa, não tenho cadeia, não tenho autoridade para prender ninguém, eu não intimidei ninguém.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas o senhor era um ministro de Estado, que é referência de uma força importante, que é o Exército Brasileiro.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não, não era mais referência.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor era.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu já estava afastado do Exército há 11 anos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas o senhor é um dos mais antigos generais, como o Villas Bôas, quando fez o tuíte em relação à prisão no Supremo. O senhor, com certeza, era uma referência para um grupo grande da sociedade naquele momento.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Nunca passou pela minha cabeça essa história de ser referência, não ser referência. Eu sempre fui um camarada que fazia minhas coisas sem me preocupar com repercussões.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas é porque essa é a importância do que nós vivemos depois, a forma como as pessoas encararam o que aconteceu depois no Brasil.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Isso é fato passado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – É um papel da institucionalidade nesse momento.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Nem vou comentar o que o senhor acha.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu não acho, general, que é um fato passado, porque, em seguida, em novembro de 2021, a ativista Sara Winter revelou à revista *IstoÉ* que teria sido orientada diretamente pelo senhor, no Palácio do Planalto, na época em que ela articulava o acampamento dos 300, a deixar de bater na imprensa e no deputado Rodrigo Maia, e de redirecionar todos os seus esforços contra o Supremo Tribunal Federal. Por isso, no dia 13 de junho de 2020, o grupo marchou em direção ao STF e atacou a sua sede com fogos de artifício, em um momento de extrema atenção para a Segurança Pública do DF e que a coronel Cintia nos relatou, inclusive, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. O senhor fez essa orientação à senhora Sara Winter?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – De jeito nenhum! Eu pedi que a senhora Sara Winter comparecesse ao meu gabinete, porque eu queria conversar com ela sobre a atitude desse grupo que ela comandava – entre aspas – em relação aos jornalistas. Então, os jornalistas estavam sendo ofendidos, e havia discussões do grupo dela com jornalistas. Os jornalistas estavam se sentindo mal no cercadinho lá do Palácio da Alvorada. Então, eu...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não houve direcionamento do Palácio do Planalto para que...

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Como?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não houve direcionamento do senhor nesse momento – ela disse –, do Palácio do Planalto...

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – De jeito nenhum!

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX) – ... materializado pelo senhor, para que o ataque fosse direcionado ao Supremo Tribunal Federal?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Pare para pensar se um ministro de Estado vai recomendar uma coisa dessa para uma pessoa que eu mal conhecia! “Não, vá lá e ataque o Supremo, jogue fogos de artifício no Supremo”.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas o senhor tem uma série de falas muito duras contra o Supremo Tribunal Federal. É um histórico do senhor, uma relação muito difícil com o Supremo Tribunal Federal.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não, não tenho relação difícil. Não devo nada ao Supremo! Não tenho relação difícil com ninguém! Eu me dou muito bem com vários dos ministros do Supremo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu digo pelas declarações. Inclusive, temos até gravações de várias declarações muito duras do senhor em relação ao papel do Supremo Tribunal, ocupando o cargo de ministro de Estado.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Está bem!

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Do meu ponto de vista, a harmonia entre os Poderes é um preceito fundamental...

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Também acho!

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Importante e que precisamos preservá-la.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Também acho fundamental!

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não acho que caiba ao ministro de Estado intimidar ou...

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – É um fundamento do Estado democrático de direito.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – ... atacar a independência do Supremo Tribunal Federal. Exatamente.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – E precisa haver dos 2 lados.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Exatamente. Então, acho que é muito perigoso. Em outros momentos, o Supremo Tribunal Federal já atuou de forma tutelada neste país com mandatos de ministro do Supremo, inclusive cassados, o que é perigoso e esperamos não viver novamente.

Sobre o dia 7 de setembro de 2021, foi um dia muito tenso no Distrito Federal. O senhor lembra que houve uma invasão de caminhoneiros, uma tentativa de invasão de caminhoneiros na Esplanada dos Ministérios? O senhor já estava no GSI e imagino que tenha acompanhado esse processo.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não me lembro, porque consequências foram nenhuma e o GSI não tem poder de polícia! O GSI tem as suas atribuições e não tem poder de polícia. O GSI não pode atuar.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas ele participa das articulações com a Secretaria de Segurança Pública, pensando a segurança da Esplanada dos Ministérios.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Sim, naturalmente, em reuniões que são feitas em prol da segurança pública, o GSI pode comparecer, mas com a visão voltada para a segurança dos palácios presidenciais e, aí, nem é segurança pessoal.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – É verdade que o GSI pressionava, no dia 7 de setembro de 2021, a PMDF para autorizar a entrada dos caminhões na Esplanada dos Ministérios?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu nunca pressionei!

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Algum representante do GSI pode ter feito isso em nome do senhor? O senhor tem conhecimento?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não, não!

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não tem conhecimento?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não acredito.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Um outro fundamento que defendemos e que acaba nos ajudando a entender o que aconteceu é a tentativa recorrente de desmoralizar as urnas eletrônicas e a Justiça Eleitoral. O senhor já entrou em contato ou conhece a pessoa de Marcelo Abriele?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Nunca.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não o conhece? É um dos convidados que montou uma planilha tentando desacreditar e atacar o processo eleitoral, que subsidiou, depois, uma *live* que o presidente Bolsonaro fez. O senhor participou de uma *live* que, inclusive, está sendo investigada hoje?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor não estava na *live* com o presidente Bolsonaro?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não me lembro. Não me recordo dessa *live*.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Porque houve uma *live* que o presidente Bolsonaro fez atacando as urnas eletrônicas. O senhor acredita nas urnas eletrônicas e na justiça eleitoral brasileira?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Acredito em termos. Acho que é preciso que haja evolução na urna eletrônica para que ela seja totalmente confiável.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E hoje ela não é confiável?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não. Houve uma série de questionamentos em relação à confiabilidade da urna. Isso é normal num regime democrático. Isso é normal. O resultado da eleição foi respeitado, temos um novo presidente, temos novos parlamentos. Então, isso aí é absolutamente normal num regime democrático.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A *live* foi no dia 29 de julho de 2021, que difundiu uma teoria que houve fraude nas eleições de 2014 e que o TSE conspirava para manipular a apuração dos resultados. Você acha que é papel do presidente da República em exercício fazer uma *live* desacreditando a justiça eleitoral brasileira? Isso não cria um processo extremamente perigoso para a democracia?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Isso é da alçada dele. O presidente da República tem a liberdade de fazer o que ele quer. Eu não vou discutir com o presidente da República o que ele tem que fazer e o que ele não tem que fazer.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Em julho de 2022, Bolsonaro fez uma reunião com embaixadores para apresentar dados falsos sobre as urnas. O senhor estava nessa reunião?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu estava na reunião. Não participei.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Essa reunião já é investigada também pelo Supremo Tribunal Federal e pela justiça eleitoral.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Muito bem. Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor acha correto, praticamente na antessala da eleição, o presidente da República chamar embaixadores de outros países para desacreditar as urnas eletrônicas e a justiça eleitoral brasileira?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – O senhor está entrando em assuntos que não são da alçada desta CPMI. Eu não tenho que comentar assuntos da história do Brasil aqui, senão nós vamos sair daqui às 3 horas da manhã.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não, general. Nós estamos aqui à disposição para esclarecer, porque nós temos muita convicção...

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não. Tem que esclarecer.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Os fatos que aconteceram, general, foram decorrentes de um processo.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Está bem.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Foi um acúmulo. Por isso nós queremos entender o processo com muita tranquilidade. Nós queremos entender o processo.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – É o seu julgamento que foi o processo. Eu não tive nenhuma...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – As pessoas não brotaram na cena do dia 8 de janeiro.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu não tive acesso a esse processo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Elas atuaram no dia 8 de janeiro a partir de um processo que foi construído, desacreditando a justiça eleitoral brasileira, desacreditando o Supremo Tribunal Federal, não reconhecendo. A pergunta do deputado Hermeto foi se o senhor acha que o fato de o presidente da República não ter ligado para o outro, se isso não atrapalhou...

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Fato o quê? Não entendi. Desculpa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Se o presidente da República, quando perdeu, foi derrotado, o presidente derrotado nas eleições não ter ligado para o presidente vitorioso, se isso não estimulou. Na verdade, o presidente Bolsonaro não reconheceu o resultado das urnas. Isso estimulou o processo que aconteceu depois. Foi culminância o que aconteceu. Do meu de vista, a partir do dia 30 de outubro os processos foram culminância: dia 12 de dezembro e dia 8 de janeiro. Por isso esta CPI está investigando todos os fatos que aconteceram. Eu acho que é o nosso papel.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Está bem.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Investigar os fatos, até porque não podemos minimizar. Provavelmente, se o golpe tivesse se consolidado, talvez o senhor estivesse aqui, mas eu não. E muitas outras forças políticas deste país não estivessem aqui para poder fazer as perguntas e poder exercer os seus mandatos. Então, desacreditar as urnas eletrônicas e ativar na cabeça

das pessoas esse processo é algo que precisa ser investigado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. O senhor falou ainda sobre as eleições? Houve alguma reunião no dia 26 de outubro, entre o primeiro e o segundo turno, com a tentativa de adiar as eleições no Brasil?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não participei dessa reunião. Não estou nem sabendo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor não foi convidado ou não tem conhecimento?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não tenho conhecimento.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. O senhor sabe se o general Braga Netto participou de alguma reunião como essa?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não. Não vou controlar a presença do Braga Netto em reunião.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O GSI ou alguém lotado no GSI trabalhou para reunir informações sobre inserção de rádio nas eleições?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Jamais.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Dos candidatos a presidente... Porque também é papel do GSI o acompanhamento dessa área pelo GSI.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Jamais. Não. Não é papel do GSI.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. No dia 12, o GSI produziu algum relatório? No dia 12, aconteceram atentados naquele processo inteiro: planejamento de atentado a bomba, no dia estouraram ônibus, estouraram carro nesta cidade, foi um caos na segurança pública do Distrito Federal, não sei se o senhor se lembra. O senhor ainda era ministro e, também, acontecia a diplomação do atual presidente da República, no dia 12 de dezembro de 2022.

Houve algum relatório, algum acompanhamento do GSI nesse caso dos acontecimentos do dia 12?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Nada. Nada. Eu recebi alguma coisa... Eu tinha ligação com o Sistema de Inteligência. Alguma coisa foi levantada pela ABIN, mas os...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não gerou preocupação ao senhor a segurança do presidente da República eleito?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Como, se eu não tinha nenhuma responsabilidade sobre isso?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, o GSI...

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Nada.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas tinha responsabilidade sobre o Palácio, tinha responsabilidade sobre parte da área do Distrito Federal.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Isso aí é assunto sigiloso, e as providências devem ter sido tomadas. Eu não me lembro mais, eu não vou me lembrar do que aconteceu...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Foi agora, general, no dia 12 de dezembro de 2022.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Mas eu não me lembro das providências que foram tomadas, detalhes das providências. Não aconteceu nada. Aconteceu alguma coisa com o presidente da República? Aconteceu alguma coisa com os palácios presidenciais? Nada. Então, não é (Ininteligível.) do GSI.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ainda bem, não é, general?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Sim. Ainda bem.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – É por isso que nós estamos aqui investigando, para que não aconteça nada e não se repita esse tipo de prática.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não se podem ficar imaginando narrativas e criando coisas que não existem.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Nós estamos trabalhando com fatos.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – É. Está bem. Eu também.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – As pessoas...

Eu não sei se o senhor se lembra, mas, no dia 12 de dezembro, as pessoas queimaram ônibus e carros nesta cidade, tentaram invadir e depredaram duas delegacias de polícia, uma da Polícia Federal e uma da Polícia Civil, e se aproximaram do hotel onde estava hospedado o presidente eleito no dia da diplomação.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu assisti da minha casa, porque não tenho tropa. Vi que a polícia agiu convenientemente e fui dormir. Estava na minha casa, não tinha mais... Eu não sou... O GSI não tem poder de polícia. Então, é o tipo de assunto que o GSI não tem que entrar. Eu cuido da segurança do Palácio, reforcei a segurança do Palácio. Ninguém esperava aqueles acontecimentos. Foi totalmente inesperado. A razão principal parece que foi a prisão do cacique Xavante Tsereré, então não tinha... É Tsereré Xavante, cacique Xavante.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – General, o *Folha de S.Paulo* noticiou que ao menos 8 militares lotados na Presidência da República, a maior parte no GSI, participavam ativamente dos acampamentos golpistas no SMU e publicavam mensagens com nítido caráter inflamatório de golpe e violência política. São eles: do Exército, Major Alexandre Nunes; da Marinha, Márcio Valverde, Estevão Soares, Thiago Cardoso, Marcos Chiele, Fernando Carneiro Filho e Ronaldo Ribeiro Travassos; da Aeronáutica, pessoas identificadas apenas como sargento Azevedo. Esses militares foram identificados como participantes engajados dos acampamentos.

O senhor teve conhecimento de participação desses seus subordinados nos acampamentos golpistas ou em outras manifestações que tinham como objetivo impedir a posse do presidente eleito?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não, deputado. Fora do expediente, eu não tinha fiscalização sobre os meus funcionários. Eles...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas o senhor achava correto pessoas que estavam no Gabinete de Segurança Institucional, próximas ao Palácio do Planalto, participando desse tipo de movimento?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu não podia achar correto ou incorreto, porque eu desconhecia isso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor não tinha conhecimento?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não. Claro que não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O colunista Guilherme Amado, certa vez, deu uma notícia, uma nota no portal Metrôpoles, dizendo que alguém gritou, perguntando para o senhor se o ladrão subiria a rampa. Essa era, basicamente, a fala, a frase de efeito da extrema direita brasileira nesse contexto. E que o senhor teria dito "não". Isso é verdade?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não tinha nome na pergunta, e eu continuo achando que ladrão não sobe a rampa. Continuo achando isso. Não tinha nome na pergunta. A pergunta é como se eu perguntasse ao senhor, hoje...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas o senhor acha correto responder para nós dessa forma a essa pergunta?

Nós estamos num contexto, a pergunta estava contextualizada. O senhor era uma liderança desse setor político, e esse setor estava acampado na frente dos quartéis.

Parece-me incorreto o senhor responder dessa forma para nós, porque, desculpe, com todo o respeito, parece-me uma brincadeira com a nossa inteligência.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Por quê?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Porque perguntaram para o senhor: "O ladrão sobe a rampa?" E o senhor...

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu estava dentro do carro e apareceu uma pergunta de que eu nem me lembro exatamente, mas eu tenho certeza de que não tinha nome. Ladrão não sobe a rampa? Não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Existe um vídeo. Primeiro o senhor negou que tinha respondido à pergunta. Depois o vídeo apareceu e hoje a resposta é que o senhor não sabia quem era o ladrão.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – A ideia que eu tinha é que tinham acontecido várias perguntas na mesma hora. E eu respondi “não”. Aí atribuíram esse “não” à pergunta: “Ladrão sobe a rampa?”. Não tem maior problema nisso, não. Eu acho... As narrativas é que são...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu fico um pouco impressionado mesmo com... É, enfim, com esse depoimento, porque eu acho que a gente precisa ter um pouco de concretude. Nós estávamos contextualizados. As coisas aconteceram em dezembro, elas aconteceram em janeiro, elas aconteceram agora no país.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – E eu também fico impressionado com a sua criatividade, porque não aconteceu nada...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A minha criatividade é com fatos. Eu trouxe uma coluna do Guilherme Amado, e o senhor...

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não é fato...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu trouxe uma coluna do Guilherme Amado, e o senhor...

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – O senhor está tirando conclusões...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Primeiro o senhor disse que não havia acontecido. Depois o senhor disse que aconteceu quando o vídeo veio a público. Primeiro havia dito que não aconteceu.

General, o senhor conhece o general Carlos José Russo Assumpção Penteado?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Era o meu secretário executivo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Era o secretário executivo do GSI, correto?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ele permaneceu até o dia 8 de janeiro.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu não tenho ideia... Não, não acompanhei...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor disse que tinha exonerado todo mundo da sua equipe no dia 31 de dezembro.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não, deixei por conta do general Gonçalves Dias para exonerar quem ele quisesse. O general Penteado... Como todos os generais que são classificados no GSI não foram classificados por pedido meu ou por interferência minha. O general Penteado é um general extremamente competente e foi colocado pelo Exército como secretário executivo do GSI quando o general Baganha se afastou. Então, não há nada pessoal na indicação do general Penteado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O colunista Paulo Capelli do Portal Metrópoles publicou que o general, ex-GSI, disse que o PT tem cleptocrata disfarçado de político. Ele teria feito implicações contra o PT. Na véspera da posse, ele ocupava esse cargo. O senhor acredita que ele pode ter prevaricado no dia 8 de janeiro das suas funções, porque ele estava ainda no cargo das suas funções no GSI ou que, de alguma forma, poderia não ter agido pelas suas convicções políticas? Um dos objetos desta CPI é avaliar se houve prevaricação de agentes públicos.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Pelo que eu conheço do general Penteado, acho que ele jamais faria isso. Mas não posso dizer nada porque, no dia 8 de janeiro, eu estava completamente afastado do GSI. Eu não tinha mais contato com ninguém.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O deputado Hermeto perguntou para o senhor sobre José Plácido, que teria feito tuítes incitando as Forças Armadas. A gente tem conhecimento disso, e o senhor disse que curtiu esses tuítes.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu? Curti?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor confirmou aqui. E a gente tem a confirmação de que ele postou que o perfil do senhor no Twitter curtiu essa mensagem.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – É difícil ter acontecido isso. Eu não sei...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas aconteceu, general. A gente tem a prova aqui que foi apresentada pelo deputado Hermeto. O perfil do senhor curtiu.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu não me lembro disso, não acredito nisso...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Parece uma coisa sutil, não é? Mas o Twitter é uma ferramenta de rede social, é uma plataforma de rede social em que toda vez que você curte alguma mensagem, aquela mensagem é entregue para muita gente, para um volume muito grande de pessoas. Então, isso tem importância. Imagine um ministro de Estado... Então, isso tem importância. Imagine um ministro de Estado curtindo algo com esse teor, que incita o Exército a tomar uma atitude contra o resultado das eleições. Isso é muito grave, do meu ponto de vista.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu não me lembro disso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mais um assunto muito recente de que, parece me, também o senhor não se recorda.

As minhas expectativas não eram muito altas com esta oitiva, porque eu tenho visto que há uma tentativa geral de agora fingir que nada aconteceu – que o dia 12 de dezembro não aconteceu, que o dia 8 de janeiro praticamente não aconteceu e foi uma obra do acaso. Acho que isso é muito preocupante para a democracia brasileira.

Acho que é preciso que nós tenhamos coragem para investigar aquilo que de fato se armou neste país, porque o então presidente da República não reconheceu o resultado das eleições. Houve, do meu ponto de vista, uma clara tentativa de conspiração de golpe de Estado – o senhor até já respondeu ao deputado Hermeto sobre as conversas do tenente-coronel Mauro Cid com outro representante das Forças Armadas sobre o tema.

Eu acho que é nosso dever, como Comissão Parlamentar de Inquérito – e este depoimento de hoje ativa muito mais esta necessidade –, mergulhar naquilo que aconteceu. Nós temos aqui uma lista de pessoas que trabalhavam no Gabinete de Segurança Institucional, há uma série de reuniões que aconteceram, há declarações contra o Supremo Tribunal Federal, há um roteiro que – do meu ponto de vista, é uma trama sórdida de ataque à Justiça Eleitoral brasileira – produziu um dos piores momentos da nossa democracia no dia 8 de janeiro.

Nós não estamos falando de um ataque qualquer, estamos falando de um ataque aos três Palácios da República – o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto. É responsabilidade de todos – especialmente de todos os que ocupam cargos públicos – ajudar, contribuir para o processo de investigação, para que cheguemos aos planejadores intelectuais – porque isso me importa muito. Muitos daqueles que estavam atuando no dia – inclusive foram tratados desta forma pelo ministro Alexandre de Moraes – eram inocentes úteis, que não são inocentes criminais, mas são inocentes úteis.

Quem foram aqueles que se reuniram para tentar organizar um golpe neste país? Quem foram aqueles que planejaram, incitaram setores da sociedade contra a Justiça Eleitoral, atacaram o Supremo Tribunal Federal, tentaram desacreditar a democracia brasileira para gerar um levante popular, inviabilizando o resultado das eleições? Então, para nós, isso é muito preocupante.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra à deputada Jaqueline Silva, por até 25 minutos, ou por tempo inferior a 25 minutos, conforme V.Exa.

achar necessário.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – O presidente realmente conhece a deputada Jaqueline Silva e sabe que eu sou bem objetiva.

Quero cumprimentar o nosso general e, em nome do senhor, quero cumprimentar todos os deputados e deputadas que estão neste plenário, todas as assessorias, os repórteres.

É um momento muito importante, meu presidente deputado Chico Vigilante, e na verdade eu só quero enfatizar o que eu falo sempre nos nossos encontros: a importância, general, desta comissão, que não está aqui para perseguir, para manchar.

Inclusive, eu quero parabenizar o senhor, porque eu sei que o senhor se doou durante anos, estando onde o senhor esteve, trabalhando pelo nosso país. É importante relatarmos isso para deixar claro que nós estamos aqui na posição... O deputado Fábio Félix, o deputado Hermeto, o deputado Chico Vigilante, que me antecederam, fizeram várias perguntas. E essas perguntas são sempre no sentido de tirar as nossas dúvidas para, ao final, produzirmos um relatório, meu presidente deputado Chico Vigilante, justo, mas um relatório em que a gente não vai prejudicar ninguém, mas também não vamos e não podemos fechar os nossos olhos. Nós, como deputados desta casa, como representantes do Distrito Federal, precisamos trazer uma resposta diante de tudo o que a gente ouviu, de todo o material que chegou aqui para cada um de nós.

Enfim, a minha fala é neste sentido, presidente deputado Chico Vigilante: só de, mais uma vez, reforçar o trabalho de todos os deputados. Com a graça de Deus nós temos um relator aqui que está muito aberto a ouvir todos, sabe, general? Isso é muito importante. O deputado Hermeto se colocou nessa posição de ser o relator, mas de ouvir todos. E isso traz também uma tranquilidade para nós de entender que todos nós vamos tirar as nossas dúvidas, vamos e estamos levantando os pontos que a gente entende que são importantes, mas no final teremos um relatório, como eu já disse, muito justo.

Eu quero cumprimentá-lo e espero, de verdade, que o final – já disse isso para outros depoentes que passaram aqui – possa ser um final em que a gente não vai ter nada. Nada que manche a carreira do senhor. Eu sei que o senhor trabalhou e se doou, inclusive acredito que deve ter até familiares do senhor aqui, e a gente sabe o quanto esse momento é tenso, difícil, mas é um momento também em que o senhor teve a oportunidade e está tendo a oportunidade de falar tudo o que se passou, o que o senhor sente, o que o senhor acha que é necessário ser dito nesta casa.

Enfim, meu presidente, é só essa a minha fala. Quero mais uma vez agradecer a sua presidência, que também é uma presidência séria, com a graça de Deus, e agradecer aos demais deputados. Observamos que dentro desses encontros não estão só os deputados da comissão, a gente abre e tem a participação de todos, e esse é o nosso papel.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Muito obrigado, deputada. Eu só queria registrar o seguinte: é a tal história da narrativa. Em nenhum momento eu achei válidos os acontecimentos do dia 12 de dezembro e do dia 8 de janeiro. Em nenhum momento elogiei ou achei válidos ou achei... Eu achei que os acontecimentos foram lamentáveis, inadmissíveis, que... É lógico que foi muito ruim para a própria imagem do Brasil. Então, os fatos que aconteceram foram lamentáveis. O que eu disse desde o início e insisto é que quererem caracterizar atos isolados, sem chefes definidos, sem... Por isso a CPI está procurando descobrir quem foi financiador, quem é que participou, quem é... Considero isso altamente válido. Agora, não pode é já virem com uma narrativa pronta e querer empurrar essa narrativa goela abaixo. Não é assim. Os fatos aconteceram, são lamentáveis, têm que ser apurados, têm que ser investigados, mas não pode terem já uma definição pronta, ou então não precisaria existir a CPI, os fatos já estariam esclarecidos. Então, é isso o que eu quero colocar, porque fica parecendo que eu: "Não, os atos do dia 12 de dezembro são irrelevantes". Não, não são irrelevantes. Foi uma coisa muito séria, foi um ataque ao prédio da Polícia Federal; os do dia 8 de janeiro também, foram atos altamente condenáveis, coisas inadmissíveis, destruição de patrimônio. Em nenhum momento pode haver contemplação com isso. O que não pode é quererem criar uma narrativa e empurrarem essa narrativa. É isso que eu... A minha ponderação é essa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, o próximo inscrito é o deputado Pastor Daniel de Castro, mas nós vamos suspender a audiência por 20 minutos. Portanto, um intervalo de 20 minutos.

Eu comprei, do meu bolso, três sanduíches: um para o relator, outro para o presidente e um para o general. E nós vamos ali.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 11h46min, a reunião é reaberta às 12h10min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Declaro reaberta a presente reunião, para retomarmos os nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro, por 25 minutos.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado, presidente. Cumprimento a mesa na pessoa de V.Exa., todos os deputados e deputados desta casa, os assessores que aqui estão, a imprensa, o pessoal da TV Câmara Legislativa, da imprensa nacional que está nos acompanhando, CNN, Jovem Pan, Globo News, Metrôpoles. Parabéns à imprensa que está dando a cobertura.

Quero saudar, nesse momento, o querido general Heleno pela sua presença nesta CPI e quero começar citando o Salmo 89, Capítulo 14, que diz: "O direito e a justiça são as bases do trono de Deus". É direito e justiça que nós buscamos nessa CPI.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, antes de falar sobre a oitiva da data de hoje, eu preciso, por dever de ofício, expressar a minha opinião à gravidade das informações que começaram a circular na data de ontem.

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional recebeu, ontem, dia 31, cerca de 3 documentos produzidos pela ABIN sobre os atos ocorridos no dia 8 de janeiro. A importância desse registro, senhor presidente, é que um desses relatórios adverte que o General Gonçalves Dias teria recebido 11 alertas sobre o perigo das invasões em seu próprio celular e a única coisa que fez foi dispensar um batalhão inteiro, que reforçava a guarda do Palácio do Planalto, algumas horas antes das invasões.

E a situação fica ainda pior, porque a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional requereu informação ao GSI em 20 de janeiro, mas o relatório encaminhado não falava absolutamente nada sobre os avisos que o general G. Dias havia recebido pessoalmente. Fato extremamente grave.

Qual o motivo da omissão? O que temiam? Aqui, neste plenário, nós já ouvimos inúmeras acusações infundadas sobre as pessoas que estiveram acampadas em frente ao QG do Exército por mais de 50 dias, embora essa CPI ainda não tenha nenhum elemento probatório que justifique essas acusações.

Eu, por outro lado, sempre pautei a minha participação, nesta CPI, enfatizando a necessidade da observância de 3 pilares: devido processo legal, presunção de inocência e individualização das condutas.

Senhoras e senhores deputados, já passou da hora de conduzirmos nosso trabalho para outra linha investigativa, que não seja tentar imputar culpa ao governo anterior ou àquelas pessoas que exerciam livremente seu direito constitucional de manifestação.

Eu fico estarrecido. Como a esquerda continua insistindo em dizer que é golpe; pois, se houve um golpe, quem tramou? Aí eles falam que foi o bolsonarismo. Então, podemos dizer que foi o G. Dias também: a omissão.

Há omissão do governo federal. E aqui fica muito claro, ele era já há 8 dias o general comandante do GSI. Os fatos divulgados na data de ontem não podem ser relativizados. Falo como advogado que sou. Há fortíssimos indícios de omissão, de leniência e de prevaricação de agentes públicos ligados ao governo atual! Isso precisa ser investigado. É o papel da CPI. Não é papel dela ficar questionando coisa de Bolsonaro ou de Lula. Se for assim, nós também vamos para esse lado.

General Heleno, muito obrigado por sua presença. V.Exa. é um símbolo de patriotismo para todos aqueles que realmente amam o nosso país. É uma prova viva de que o Brasil pode dar certo, desde que governado por quem realmente respeite a democracia e tenha zelo pelo dinheiro dos contribuintes.

Aliás, vou citar algumas inúmeras conquistas do governo Bolsonaro porque V.Exa. integrava aquela equipe técnica.

Entre 2019 e 2022, mesmo diante de uma grave crise hídrica e de uma pandemia, o Brasil alcançou a segunda posição mundial de maturidade de governo digital, em um universo de 198 economias. Tivemos, ainda, a Lei da Liberdade Econômica, o pix, a redução da taxa de homicídios de 57.513 casos em 2018, para 40.800 em 2022. Foi uma redução de 30%. Em 2018, tínhamos um déficit primário de 120 bilhões nas contas públicas. Terminamos 2022 com um superávit de 57 bilhões de reais. Tivemos, em 2018, uma taxa de desemprego de 12,3%. O governo Bolsonaro reduziu para 8,3%.

Para que não haja dúvidas sobre os excelentes resultados alcançados, em julho de 2022, mais de 100 milhões de brasileiros desenvolviam alguma atividade profissional – uma marca histórica para o Brasil.

Para desconstruir mais uma narrativa, a primeira pessoa vacinada contra covid, no mundo, foi Margaret Keenan, na Inglaterra, em 8 de dezembro de 2020. Em 17 de janeiro de 2021 – portanto apenas 40 dias após a disponibilização da vacina –, a senhora Mônica Calazans foi a primeira brasileira a ser vacinada em território brasileiro.

Além disso, todas – todas! – as vacinas aplicadas no território nacional, deputado Thiago Manzoni e deputada Paula Belmonte, foram compradas pelo governo federal. Estou falando de mais de 600 milhões de doses.

Quem aqui me conhece sabe que posso falar. Eu não tenho político de estimação. Já permeei os dois lados, general.

Aqui vai uma crítica para o ex-presidente Bolsonaro, que, se eu pudesse, faria pessoalmente. Ele comprou mais de 600 milhões de vacinas! Quantas vidas foram salvas! Ele é acusado de genocida. Sabem por quê? Só porque ele não tomou a vacina. Foi um direito dele. Eu discordo dele. Eu tomei. Fiz questão de tomar. Acho que muitas pessoas tomaram, talvez muitos de nós aqui.

Muitas pessoas que se julgavam bolsonaristas ou direitistas ou de centro-direita – como diz o deputado Chico Vigilante, aqui, para mim – tomaram. Ele disse que eu sou mais de centro-esquerda, mas sou de direita mesmo. Eu tomei a vacina porque eu cri nela. É ciência. Nesse ponto, fora os 2 países produtores, o Brasil foi o que comprou a vacina em primeiro lugar. Mas, paciência. Leva a pecha de genocida. Narrativas!

Por outro lado, ainda estamos no primeiro ano do atual governo. Prestem atenção: a taxa de desemprego aumentou; a violência aumentou; as invasões no campo aumentaram; a atividade econômica diminuiu; o tal orçamento secreto, tão combatido, antes criticado, agora é utilizado fartamente para a aprovação de matérias. O próprio ministro da Fazenda já divulgou que nós fecharemos 2023 com um rombo de 136 bilhões nas contas públicas. E vale dizer: sem pandemia e sem crise hídrica!

Eu faço esse breve histórico aqui, esse resgate, porque não podemos esquecer o caminho que o Brasil trilhava; e nós não podemos fechar os olhos para os erros que o atual governo está cometendo.

Claro que, como brasileiro, eu torço pelo meu País. Eu sou um reconhecedor das eleições. Discordo de muita coisa que foi feita lá atrás, mas eleição é um jogo. Ninguém é obrigado a entrar nele; e, se entrar, você pode questionar antes. Passou o jogo, não tem como questioná-lo – falou bem o nosso relator. Perdeu eleição, viola no saco, vai para casa. Lá na frente haverá outra ou vamos fazer oposição. É o que nós fazemos aqui nesta casa, mas respeitamos sim o resultado das urnas.

Eu sempre pautei minha vida assim e quero continuar pautando. Sou livre para falar o que quero, sou independente, sou tranquilo, me porto aqui como um pastor, como um

advogado, mas meu sonho é buscar a verdade real.

Diga-se de passagem, até os eleitores do Lula já estão se dizendo arrependidos, deputado Chico Vigilante. Há jornalista aí já se dizendo arrependido. Há um fato lamentável, não é? Um desses fatos aqui é a vinda do Maduro a esta nação. Receber um narcotraficante no Palácio do Planalto? E pior: agredir Delis Ortiz, uma jornalista renomada desta nação. Mas isso é o que nós estamos vendo, não é?

Eu quero também, no início da minha fala, parabenizar o deputado Arthur Maia pela clareza de posicionamento à frente da CPMI dos atos do dia 8. Inclusive, o deputado Nikolas Ferreira já se pronunciou e já protocolou um pedido para esta CPI compartilhar com a CPMI todos os atos já produzidos aqui nesta casa – o que eu acho muito importante.

O deputado Arthur Maia, em seu pronunciamento, como presidente da CPMI, estabeleceu que o trabalho será conduzido com honestidade e que, tanto a possibilidade de uma tentativa de golpe como alguma possível facilitação das invasões, serão igualmente investigadas. É o que nós queremos aqui e queremos lá. É a isenção, a imparcialidade.

Fica aqui meu registro de parabéns ao deputado Arthur Maia. Que a verdade seja encontrada, que as narrativas ideológicas não sejam o que pautará o nosso relatório final e não sejam utilizadas para pautar aquilo que queremos buscar que é a verdade real.

Vale lembrar um detalhe: a história é um árbitro implacável de nossas condutas. E sempre a história vai destruir narrativas!

Há umas coisas aqui que eu queria falar, mas eu tenho tempo. Então, eu vou direto aqui às perguntas.

General, V.Exa. foi chefe do Gabinete de Segurança Institucional do governo Bolsonaro, e certamente monitorou a insatisfação popular que se espalhou pelo Brasil em razão do resultado do segundo turno das eleições presidenciais durante a sua gestão. Chegou ao conhecimento de V.Exa. alguma ameaça de invasão ao Palácio do Planalto ou aos três Poderes da República?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não, nunca chegou a esse ponto, não.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não chegou nenhuma informação para V.Exa.?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – É de conhecimento público que a prisão do cacique Tsereré desencadeou a tentativa de invasão ao prédio da Polícia Federal em Brasília. O GSI teve alguma ingerência no pedido de prisão do cacique ou na forma como essa prisão seria feita? E, ainda, quanto a esse fato, o GSI era responsável pela segurança do prédio da Polícia Federal em que houve a tentativa de invasão no mês de dezembro?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Quanto aos acontecimentos de 12 de dezembro – eu tenho um resumo aqui do que aconteceu –, eu não tinha conhecimento da prisão. Fui para casa, no final do dia, e não tinha conhecimento da prisão nem da pretensa prisão do cacique Tsereré Xavante. Fui completamente surpreendido pela movimentação no dia 12. O planejamento e as ações executadas pela Polícia Federal normalmente são conduzidos de forma sigilosa. Não eram do conhecimento do GSI, não são repassados normalmente ao GSI. Não é esse o método de trabalho da Polícia Federal. É perfeitamente justificado. Tomei ciência da tentativa de invasão da sede da Polícia Federal e dos atos de vandalismo no centro de Brasília por meio de televisão, na minha residência, após a minha jornada normal de trabalho. Não tinha, inclusive, informação da Abin – ela não tinha se pronunciado em relação a isso. Eu respondi por nota à acusação injusta de um suposto agente da Polícia Federal lotado na Presidência da República – que até hoje eu não sei quem é, porque existe a tal da proteção da fonte – que foi publicada na revista *Fórum* sem que eu pudesse oferecer qualquer contraditório. Não chegou a mim nada. Ele falou com o repórter e isso não passou por mim. Nem eu, muito menos o GSI fomos mentores ou participamos desses atos lamentáveis. Atos lamentáveis! Injustificáveis! Não sabíamos do mandado de prisão do Xavante e não conhecíamos os participantes. Por fim, não tínhamos qualquer tipo de

contato com os manifestantes antes, durante e após suas ações. Segurança pública e prisões decorrentes no Distrito Federal não são competências legais do GSI e, sim, dos órgãos de segurança e de inteligência distritais. Já fiz uma citação, pastor, sobre a exigência que é feita da Polícia Militar do Distrito Federal e da Polícia Civil. Eles têm muito trabalho aqui. É a capital do país, um país com 200 milhões de habitantes. Há uma concentração de gente que vem de todos os lugares do Brasil. Eles são muito exigidos – toda hora tem manifestação, toda hora tem festa – e eles têm que dar conta da sua presença e da sua atuação.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – General, o senhor me permite? Eu vou fazer mais algumas perguntas, e o senhor pode complementar.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Pois não.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Peço a gentileza de V.Exa. para nos ajudar, porque nosso tempo é pouco.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu sei disso.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – No dia 8 de janeiro deste ano, o prédio da Polícia Federal em Brasília já havia sido atacado e o ato terrorista da colocação da bomba no aeroporto também já havia ocorrido.

Pela sua experiência como militar e ex-chefe do GSI, e diante de todos esses acontecimentos, V.Exa. considera aceitável que, coincidentemente, 20 horas antes das invasões e, portanto, provavelmente, na noite do dia 7 de janeiro, o GSI – agora subordinado à presidência, conforme o inciso VI, do art. 2º, da Medida Provisória nº 1.154, de janeiro de 2023 – dispensasse um batalhão inteiro que reforçava a guarda do palácio? É crível isso?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – É, parece que aconteceu. Eu também não tenho condições de comentar, porque essas decisões são tomadas diante de fatos que são apresentados. Eu não tenho a sequência desses fatos, a cronologia dos fatos. Então, qualquer coisa que eu diga, que foi precipitação dispensar... É muito difícil reunir uma companhia de soldados – que são preparados para isso – do BGP ou do Regimento de Cavalaria de Guardas. Não se reúnem rapidamente, porque muitos deles não moram no quartel. Eles saíram do serviço, foram liberados. Então, eu não sei o que circundou esse fato. Qualquer avaliação que eu faça, é leviana, porque eu não tenho as informações completas sobre isso aí.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Quando o presidente Bolsonaro decidia viajar para algum lugar, o planejamento dessa viagem era feito com antecedência ou o plano de voo era elaborado na última hora, em cima da hora?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não, isso aí é óbvio. Isso aí não é só no caso do presidente Bolsonaro. Eu tive outras passagens pela presidência, até terminaram com uma coisa que existia... depois, chegaram à conclusão que era um gasto supérfluo, que era...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mas isso era feito com antecedência ou em cima da hora?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Com antecedência. Existia, inclusive, um destacamento precursor, não é?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Era com antecedência, não é?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – E passamos a ter...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Vale ressaltar que o presidente Lula...

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – E passamos a ter somente o escalão avançado. O destacamento precursor foi extinto.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – A pergunta é porque vale a pena ressaltar que o presidente Bolsonaro preparou a viagem no sábado antecedente ao dia 8. E não estou imputando a ele a responsabilidade dos atos das invasões, não. Só estou falando que são coisas muito estranhas. Como o outro lado diz que também são estranhas as atitudes que o grupo do Bolsonaro sempre tomava.

Então, nós temos, nesta CPI, dois pesos e duas medidas, sempre acontece. Mas eu

estou fazendo essas ponderações, e o senhor vai entender o porquê. V.Exa. fez a transição para o general G. Dias?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu já fiz um comentário aqui: eu franqueei o acesso ao general G. Dias. Tive um contato telefônico com ele. Eu conheço o general G. Dias, foi meu cadete. Eu fui tenente na época em que ele era cadete. Então, eu sempre tive bom relacionamento com ele. E coloquei à disposição o GSI. Conversei algumas coisas com ele pelo telefone.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Nesse caso, é comum um ministro do GSI ficar com a equipe de outro?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – É o que eu digo, ali a classificação, principalmente dos militares no GSI, é atribuição dos ministérios militares. Então, o pessoal da Marinha, é a Marinha que indica. Não sou eu que peço o fulano. Tem algumas funções no GSI que são colocados elementos que são da escolha do ministro. Mas 95% são herdados, porque não existe conotação política no GSI. Não tem nenhum perigo de: "Ah, fulano torce para sicrano, então, ele vai me sabotar". Isso não existe. É uma coisa que não acontece no GSI. Então, é normal que boa parte permaneça. No meu efetivo do GSI, eu garanto que, pelo menos 90%, tinha vindo de governos anteriores. Não há nenhum problema, e muita gente foi trocada durante o meu mandato.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – General, eu estou satisfeito com a resposta. Ajude-me no meu tempo, porque só faltam 5 minutos. Estou fazendo essas perguntas, porque V.Exa. é general. O G. Dias também vai estar sentado aí. É outro general.

Quando eu venho aqui, eu me preparo. Eu oro a Deus. Eu peço a Deus para iluminar a minha mente. Longe de mim dar um juízo de valor, porque é um ato. Nós estamos seguindo esta CPI para, lá na frente, tomarmos nossas posições. Longe de nós exarar juízo de valor. Mas não me é crível acusar as pessoas, porque, quem se senta aí... Eu parto do princípio da presunção de inocência. Jamais passaria em minha cabeça que V.Exa., tal como o general G. Dias, que estará ali – generais de alta patente do Exército –, sentaria em mesas para conjecturar um golpe de Estado. Fico imaginando se for... porque a esquerda insiste na narrativa de dizer que houve uma tentativa de golpe de Estado. Eu fico imaginando um golpe de Estado com pessoas de 70 anos.

Neste final de semana, eu recebi, em minha igreja, uma pessoa que veio me trazer uma informação. Uma senhora de 71 anos saiu da Colmeia, deputada Paula Belmonte, e está andando para cima e para baixo com tornozeleira eletrônica. Nós temos presos inocentes, general. Nós temos presos inocentes. Eu fico abismado.

Esta semana, eu li a reportagem do *O Globo* que noticiou a absolvição e a anulação dos processos do Eduardo Cunha e do Sérgio Cabral. Quatrocentos anos de cadeia! Soltos! E nós estamos falando de pais e mães de família. Eu não tenho tempo, mas eu trouxe um vídeo – que está circulando – de pais, mães, esposas, conclamando... Eu me junto a elas para conclamar ao eminente ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes que ponha essas pessoas em liberdade. Nós temos tantas medidas cautelares que podem ser aplicadas a essas pessoas, mas o que não pode são bandidos que praticaram crimes, que roubaram milhões e milhões desta nação, estarem viajando Brasil afora, mundo afora. Esse dinheiro fez com que pessoas morressem nas filas dos hospitais. E inocentes, mesmo que sejam úteis – como falou o nobre ministro Alexandre de Moraes – estão presos, segregados, longe de suas esposas, dos seus filhos. Essa não é a justiça que buscamos. Eu tenho falado nisso sempre aqui e vou continuar repetindo. Essa é a minha fala. Que seja a minha toada.

Obrigado, general, por sua contribuição. Esta CPI está trabalhando desde o início de março. Já ouvimos aqui inúmeras autoridades. Embora certas questões ainda devam ser esclarecidas, algumas respostas já foram encontradas. Eu tenho convicção de que Deus haverá de iluminar a mente de todos nós. Há pouco estávamos neste plenário, fazendo uma oração, pedindo a Deus que tome a nossa mente, ilumine a nossa mente, ajude-nos a praticar a justiça.

Há muita gente pagando por causa da injustiça que tem sido perpetrada nesta nação.

Inocentes presos. Muitos pais de família. Isso é triste. Eu recebi, aqui no meu WhatsApp, uma mensagem de uma senhora que diz o seguinte: "Me ajuda! Meu marido está preso. Ele tem um monte de comorbidade." Ela me mandou esta mensagem. Ela falou: "Ele vai morrer". Se morrer uma pessoa lá, a justiça estará manchando de sangue esta nação. Isso não é o que queremos. Eu falo isso, general e presidente, com muita tranquilidade. É hora de trazermos este país para o centro, de trazermos paz.

Vamos governar! Quem ganhou vai governar, quem não ganhou vai fazer oposição. Está tão bom para fazer oposição! Está bom, é simples. Vamos analisar os índices e vamos fazer oposição, mas deixem quem ganhou! Porém, quem ganhou precisa, presidente, deputado Chico Vigilante, governar. Cinco meses, 45 dias de viagem mundo afora. Vamos governar esta nação! Vamos parar com esse ódio! Parece que nós trabalhamos com ódio no coração. É só acusação! Interpelaram o senhor e trazem tantas perguntas sobre o Bolsonaro, que não é o foco desta CPI.

Esta CPI tem um limite, que são os atos antidemocráticos que foram perpetrados no dia 12 de dezembro e no dia 8 de janeiro. É a isso aqui que a gente tem que se ater. Buscar os verdadeiros culpados, individualizar as condutas, apenas aquele que precisa ser apenado e liberar um inocente que está pagando um preço indevido. Muitas pessoas foram para as ruas. Manifestar-se é um direito constitucional nesta nação. Nós não podemos nos esquecer disso. Hoje somos nós, amanhã será a esquerda que vai se manifestar. É assim, essa roda é cíclica. Nós não podemos praticar injustiça, como está sendo praticado.

Espero que Deus ilumine cada um de nós, e que todos lembremos: justiça e direito são as bases do...

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado, por favor, quero deixar uma coisa clara para as pessoas que estão nos acompanhando: esta CPI só tem um peso e uma medida. Aqui não existem dois pesos e duas medidas e nunca existirão. Nós estamos conduzindo os trabalhos com a independência que nós temos, com a seriedade com que ela tem que ser tratada.

Está com a palavra agora, na condição de titular – portanto, terá 25 minutos, já que eu recebi um ofício dizendo que S.Exa. está titularizado –, o deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Bom dia, presidente. Bom dia, general Heleno. Bom dia aos meus pares que estão aqui e a você, que nos acompanha pelo YouTube, pela televisão.

Você vê, presidente, como é que é a vida: ontem eu estava aqui, pedindo ao senhor que abrisse 20 minutos para os suplentes, hoje, e acabou que eu vim na condição de titular.

General Heleno, V.Exa. tem 75 anos hoje, não é isso?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Pronto, voltou. Infelizmente, 75.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Felizmente! Felizmente.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Com saúde, felizmente.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Eu tenho um amigo que diz que só não fica velho quem morre novo. Não há alternativa.

Eu tive a alegria e a honra de conhecê-lo por ocasião da última campanha eleitoral. O senhor tem uma vida dedicada ao Brasil. O senhor é um patriota que abriu mão dos seus anseios, da sua vida pessoal e, em um gesto de abnegação, decidiu servir ao Brasil e ao seu povo. Muitos anos longe da esposa, muitos anos longe da família, servindo em lugares inóspitos, no Brasil e fora do Brasil. Um exemplo de civismo e de lealdade à pátria. Um exemplo de uma vida de serviço. E uma liderança servil, que, pelo exemplo, arrasta.

Então, eu gostaria de dizer que, para esta Câmara Legislativa, a presença do senhor a torna mais nobre. O senhor falou ali fora, antes de entrar, quando assinava o documento como depoente: "É a primeira vez na vida que assino como depoente". Quero lhe dizer que isso não é demérito nenhum e, de maneira nenhuma, mancha ou macula a história que o

senhor construiu ao longo dos anos. Eu tenho certeza absoluta de que, ao longo desses anos, o senhor errou, como todos nós erramos. Não existe ser humano que só acerta. Mas tenho certeza também de que o seu nome está escrito na história do Brasil e que há mais acertos do que erros.

Obrigado pela sua disponibilidade de estar aqui, respondendo a questionamentos de maneira aberta, de maneira franca.

Eu gostaria de fazer um recorte, porque esta CPI investiga o que aconteceu no dia 12 de dezembro de 2022 – e o senhor já respondeu sobre o dia 12 – e também o que aconteceu no dia 8 de janeiro de 2023. São dois fatos tristes da nossa história. O senhor mencionou que são fatos lamentáveis, injustificáveis, e estamos de acordo com isso. Todos lamentamos muito o que aconteceu. Não há o que possa justificar a depredação e a destruição de prédios públicos, tanto menos, deputado Hermeto, em face dos três prédios que representam os Poderes da nação. É injustificável! Isso é verdade. O que é mentira é que foi uma tentativa de golpe. Isso não é verdade! Está comprovado que não é verdade. Está comprovado pelos depoimentos da Polícia Militar, pelo depoimento do general Dutra, que antecedeu o seu, e pelo depoimento do senhor. Mas, vivemos em um mundo no qual a verdade às vezes é substituída por narrativas. E surgiu uma narrativa, depois do dia 8 de janeiro, com o intuito de criminalizar um movimento político no Brasil, o movimento político de direita no Brasil.

Depois do dia 8, todo o acinte, toda a afronta, todo o impropério que se dirigem contra pessoas de direita estão validados, porque a narrativa é de que foi golpe. A narrativa é de que foi uma tentativa de golpe, não é? A narrativa é de que são terroristas. A narrativa é: "Ah, lá no dia 7 de setembro de não sei quando..." Há narrativas, narrativas e narrativas. Mentiras! Porque, durante os últimos 10 anos, o Brasil conheceu manifestantes que não quebram nada; o Brasil conheceu manifestantes que iam para as ruas e, quando acabava a manifestação, limpavam as ruas e catavam o lixo; o Brasil conheceu manifestantes que amam a bandeira brasileira – verde, amarela, azul e branca –; o Brasil conheceu um jeito novo de pessoas demonstrarem que acreditam na sua nação e que vão lutar por aquilo que elas têm de mais precioso, pelos valores em que elas acreditam, valores como os que o senhor representou ao longo da vida, com erros e com acertos, mas sempre buscando a lealdade, a honestidade, a verdade e o melhor para o Brasil.

O Brasil não estava acostumado com manifestações desse tipo, e a tentativa de criminalizar a direita não vai prosperar. Não vai prosperar! É verdade, há vários sofismas pairando sobre a nação brasileira, hoje. É verdade, há muitas narrativas. Mas é verdade também que o povo brasileiro escolhe a verdade. O povo brasileiro quer a verdade, porque a verdade é o elemento libertador das civilizações ao longo da história. A verdade tem força por si mesma. O conhecimento da verdade liberta.

Raras vezes eu faço isto nesta casa, mas hoje eu me vejo compelido a citar um versículo bíblico. João, 8:32: "E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará".

A verdade que nós achamos que é a versão de alguém sobre algum fato, não é isso, não. A verdade é uma só. A verdade não é sobre narrativas. A verdade não é sobre a opinião das pessoas sobre os fatos que aconteceram. O senhor esclareceu tudo aqui. Todas as vezes que perguntado sobre as opiniões, o senhor falou: "Olhe, eu não estou aqui para dar opinião".

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Thiago Manzoni, só um minuto. O pessoal da imprensa está pedindo para as pessoas que estão ali se sentarem para eles terem visão, porque eles estão aqui para transmitir esta CPI. É muito bom para todos nós que esta CPI seja transmitida.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Obrigado, presidente.

A verdade não é sobre a versão de alguém, e o senhor não deu opiniões aqui. O senhor falou o que de fato aconteceu. Dia 12 não se tinha notícia da prisão do índio, houve uma série de ataques de vandalismo no centro de Brasília, que não foram ataques contra os palácios da República e, por isso, não eram objeto de intervenção do GSI. No dia 8 de janeiro, o senhor já não era mais ministro do GSI. Então, as narrativas vão morrendo ao

longo do caminho.

A tentativa de criminalizar a direita, chamada por muitos de bolsonarismo, é a tentativa de retirar do cenário político brasileiro o único líder que arrasta multidões hoje no Brasil. O Brasil hoje só conhece um líder político: Jair Messias Bolsonaro. Por onde ele vai, ele arrasta multidões. Porque, quando ele fala, ele fala de coração para coração. Ele não está preocupado com narrativa. É verdade que às vezes ele é grosseiro. É verdade que às vezes ele fala de um jeito que as pessoas não gostam muito. Mas é de coração para coração e isso toca as pessoas. E ele arrasta multidões.

Do outro lado, temos um ex-líder que foi reconduzido ao poder, mas que lidera muito pouca gente hoje e não tem nenhum compromisso com a verdade. E a população brasileira sente isso, porque qualquer pessoa que é posta diante de alguém que está falando mentira reconhece a mentira.

A arma para anular sofismas é a verdade. A verdade há de prevalecer, sempre vai prevalecer. E a verdade está vindo à tona, general Heleno, nesta CPI.

Nós começamos com fatos que eram tidos como inescapavelmente verdadeiros e que hoje já se mostram mentirosos. Eu vou dar um exemplo. Diziam que as pessoas que estavam acampadas na frente do QG foram as que haviam descido para quebrar os prédios. Não é verdade. A Polícia Militar de Brasília disse que havia só 300 pessoas acampadas em frente ao quartel-general no dia 6 de janeiro, das quais 150 eram pessoas em situação de vulnerabilidade, que iam para aquele lugar porque havia comida de graça. Só que desceram mais de 5 mil pessoas. Obviamente era outro grupo. A primeira narrativa ficou para trás. Não era verdade.

Outra narrativa que ficou para trás era a narrativa do golpe. Nunca se planejou um golpe. Aliás, para haver golpe, teria que se combinar com alguém que efetivamente detivesse poder militar, poderio militar.

Não existe golpe com paus e pedras. Quem vai dar um golpe de Estado com paus e pedras, quebrando vidraça? Não havia uma arma, não havia ninguém das Forças Armadas, não havia nenhum poder paramilitar, não havia nada. Não é golpe. Foi outra narrativa que ficou para trás.

Outra narrativa que ficou para trás é que a responsabilidade era da Polícia Militar do Distrito Federal. Não foi. "Ah, houve erros." Houve.

Nós falamos muito em apagão. É óbvio que houve erro das forças de segurança. Se não houvesse o erro, a falha das forças de segurança, jamais teria acontecido o que aconteceu. Nós nunca teríamos vivido o 8 de janeiro se não tivesse havido o erro das forças de segurança. Agora está sendo investigado de quem foi a falha.

Outra falácia, que por algum tempo ganhou força, é a de que só o Distrito Federal era responsável pelo que aconteceu. Aliás, o nosso governador Ibaneis ficou afastado 66 dias do cargo. Foi reconduzido depois. Essa falácia ficou para trás.

Nós temos documentos – e um deles eu li aqui, em plenário – em que o ministro da Justiça se reporta ao governador Ibaneis e diz, textualmente, que havia um grupo vindo para Brasília e que esse grupo teria a intenção de destruir prédios públicos – ministérios, tribunais superiores e outros. Ele, ao se comunicar, ao expedir o ofício – o ofício foi enviado ao governador Ibaneis, o ofício está na nossa documentação da comissão parlamentar de inquérito, já foi juntado aos autos –, ao se dirigir ao governador Ibaneis, dá uma orientação, que foi cumprida pelo governador Ibaneis. Ele fala assim: "Não deixe os ônibus que estão chegando descenderem depois da Torre de Televisão", o que, de fato, foi cumprido. Ele fala: "As forças federais estão à disposição para o que se revelar necessário", o que não se viu. O que se viu, de maneira lamentável, foi que o general Gonçalves Dias, que vai ser ouvido aqui também, estava dentro do Palácio do Planalto. Nós vimos as imagens neste telão aqui. Nós vimos o que aconteceu lá dentro, nós vimos o fotógrafo, cujo requerimento de oitiva foi indeferido, perdeu no voto. Nós o vimos batendo as fotos e confraternizando com as pessoas que estavam lá dentro. Nós vimos. E as narrativas vão ficando para trás.

Surgem perguntas e surgem possibilidades. O deputado Joaquim Roriz Neto, que hoje

não está aqui – e eu estou em substituição a ele –, semana retrasada, na última reunião da CPI, levantou uma teoria. Ele perguntou ao general Dutra: “General Dutra, o senhor já ouviu falar da teoria de bandeira falsa?” O general Dutra respondeu, general Heleno: “Não, nunca”. E o deputado Joaquim Roriz Neto explicou para ele o que era. Eu não vou tentar explicar de novo, mas, basicamente, o que ele quis dizer para nós foi o seguinte: quem se beneficiou com o 8 de janeiro? Qual grupo político obteve benefício no 8 de janeiro? Ele deixou uma pergunta inquietante aqui. O deputado Joaquim Roriz Neto foi ridicularizado depois, como se ele estivesse falando uma grande aberração. Mas ele perguntou assim: “Será que esse grupo político não pode ter dado causa ao 8 de janeiro?” A verdade é que nós não sabemos. A verdade é que a teoria dele não é de todo... não pode ser de todo afastada de pronto, porque é uma linha de raciocínio que até faz sentido – que até faz sentido.

O que nós sabemos, general Heleno, é que os gradis da frente dos prédios públicos – depoimento do coronel Fábio, da nossa Polícia Militar – sempre têm barramento. No dia 8 de janeiro, os barramentos tinham sido retirados. E eu perguntei: “Coronel Fábio, quem é o responsável pelos gradis?” Ele falou: “Cada prédio é responsável pelos gradis que estão à frente da sua estrutura física”.

Então, no Palácio do Planalto, o GSI; no Congresso Nacional, a Polícia Legislativa; e, no Supremo Tribunal Federal, a Polícia Judiciária. Nós estamos avançando. Estamos inquirindo, estamos pedindo documentação.

Ficamos sabendo que muitos dos vândalos que atuaram no dia 12 de dezembro estavam hospedados na nossa rede hoteleira do Distrito Federal. Pedimos a informação ao Ministério do Turismo para saber quem são as pessoas que estão aí com os nomes como hóspedes no dia 12 de dezembro de 2022. Recebemos. São mais de mil nomes. Nós vamos tentar descobrir: quem pagou o hotel dessas pessoas? Por que elas vieram para cá para quebrar tudo? Por que conseguiram se evadir? Como conseguiram se evadir? Mas o nosso trabalho, deputado Pastor Daniel de Castro, tem que ser feito e tem que ser realizado com base nos fatos, com base nas evidências e não com base em narrativas.

Nós não podemos e não vamos nos render a esse mundo da pós-verdade, em que importa mais a narrativa do que os nossos olhos veem.

Há muitas vezes em que nós nos reunimos aqui e em que nós somos confrontados com o que se quer dizer e o que os nossos olhos veem. É um mundo meio surreal. É um mundo, por exemplo, em que o Brasil recebeu com pompa e circunstância um ditador e o nosso presidente – que eu lamento que seja presidente, para nosso desgosto, o presidente da República – fala assim: “Eu vou entregar para você, Maduro, a oportunidade de construir uma narrativa”. O que ele está falando é assim: “Eu vou deixar você mentir um pouco para ver se o povo acredita”. Ora, nós temos que ter o mínimo compromisso com a verdade – o mínimo compromisso com a verdade.

Não é objeto dessa CPI o que aconteceu no dia 7 de setembro de 2021, mas eu estava lá, como brasileiro que ama o Brasil, que ama a nossa bandeira, que ama os símbolos da nossa pátria. Eu estava lá. Eu sei o que aconteceu. Foi uma manifestação lindíssima com mais de 600 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios, mas isso não é objeto de investigação aqui.

Eu estava de novo em 7 de Setembro de 2022, 200 anos da nossa Independência. Eu estava lá com alegria, e isso não é objeto de investigação. A tentativa é de criar uma narrativa de que “Esse pessoal que estava na rua é o pessoal que quebrou tudo”. Aí, você criminaliza a direita. Não vão conseguir criminalizar a direita. A direita no Brasil surgiu e ela não vai retroceder. Não vai retroceder.

Durante mais de 30 anos, o Brasil não teve contraponto. Era um verdadeiro teatro das tesouras. Era a esquerda falando com a esquerda. Era a esquerda falando com a esquerda. Agora há direita. Agora há direita! Agora existem conservadores.

Existem conservadores! O conservadorismo nunca foi nem nunca vai ser uma ideologia política: é um estilo de vida, é sobre princípios e valores, é sobre o que nós queremos construir, é sobre o que nós queremos resguardar, é sobre em quais fundamentos nós queremos ver edificada a nossa nação. Verdade, justiça, juízo, direito, Estado de direito,

onde estão todos igualmente postos perante a lei, sem distinção por causa do cargo, como V.Exa. está aqui hoje como general de 4 estrelas se sujeitando a ser depoente pela primeira vez na vida. Mas todos são iguais perante a lei. Todos são iguais perante a lei. E, convidado, o senhor se dispôs a vir. É sobre este Brasil que nós queremos construir um Brasil livre. Um Brasil livre que só pode ser livre se abraçando e se agarrando à verdade.

Eu vou repetir aqui: em hipótese alguma nós estamos aqui a defender quem cometeu crime – em hipótese alguma! Todas as pessoas que depredaram os prédios públicos, que cometeram danos contra o patrimônio público têm que ter as suas condutas apuradas e têm que receber a penalidade pelos crimes que cometeram.

A verdade é a verdade. Nós vamos nos agarrar à verdade, e a verdade vai libertar o Brasil. Nós não vamos nos submeter ao jugo da tirania. Nós não vamos viver sob o jugo da tirania! Não! O Brasil não vai ser governado por ditadores! O nosso povo não vai aceitar isso. Aliás, outro dia, eu fui à Polícia Militar do Distrito Federal, com muita honra, para receber a medalha de Tiradentes. E, entre os hinos que ouvimos, estava: "Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil".

O Brasil não vai ser dominado por tirania. Não vai! A verdade vai prevalecer! A verdade vai prevalecer! Não existe narrativa suficiente para deter a verdade! E homens, general, como V.Exa., são um exemplo para gerações. Eu repito: é óbvio que o senhor cometeu erros ao longo da sua história, como eu cometo, como todos nós aqui cometemos, mas o seu exemplo é uma inspiração para muitos – o seu exemplo de dedicação à pátria, o seu exemplo de abnegação, o seu exemplo de altruísmo.

Eu hoje vejo muito pouco a minha esposa e os meus filhos. Quase não os encontro, mas eu acredito que estou em uma missão diferente das missões que o senhor encarou. O senhor encarou uma missão no Haiti – foi bem-sucedido. O senhor encarou missões na Amazônia – eu estou só aqui, na CLDF. Mas tenha certeza de que, como eu, muitos outros se inspiram em pessoas como o senhor, sabendo que é falho, sabendo que é imperfeito, sabendo que, ao longo da história, cometeu erros e acertos, mas que decidiu servir à pátria.

Eu não tenho outras perguntas para fazer para o senhor. Eu estou satisfeito com aquilo que o senhor respondeu aqui. O senhor esclareceu aquilo que podia esclarecer, e trouxe, mais uma vez, para esta casa, a convicção de que o Exército Brasileiro é uma instituição de Estado, que jamais projetou dar golpe de Estado. O general Dutra falou a mesma coisa. Aliás, eu trouxe a documentação do general Dutra, e a documentação que ele trouxe para esta CPI corresponde a tudo o que ele falou. V.Exa. traz aqui o posicionamento do ex-ministro do GSI que atuou – como o senhor falou aqui – com fidalguia durante os anos em que esteve à frente, e que não pode responder pelos acontecimentos do dia 8, porque já não chefiava mais aquela pasta.

Eu agradeço a V.Exa. por ter se disposto, agradeço a V.Exa. pelas respostas que deu quando inquirido pelo deputado Chico Vigilante. Quero deixar um agradecimento ao deputado Chico Vigilante, a quem tantas vezes aqui reclamamos. Eu, inclusive. Eu quero deixar um agradecimento... Eu tive uma conversa em *off* com o deputado Chico Vigilante. Quero deixar o meu agradecimento pela forma como V.Exa. tem conduzido de lá para cá e dizer que eu continuo à disposição desta CPI e desta casa para que continuemos em busca da verdade. De igual modo, eu faço uma especial menção ao deputado Hermeto, que é o nosso relator. Parece-me que as coisas estão se desenrolando, deputado Hermeto. Coloco-me à disposição de V.Exa. também para aquilo que for preciso.

Obrigado, senhor presidente.

Obrigado, mais uma vez, general Heleno.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu que agradeço. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está com a palavra agora, na condição de suplente, deputado Max Maciel, por 15 minutos. V.Exa. está com a palavra. (Pausa.)

Está liberado.

DEPUTADO MAX MACIEL – Obrigado, deputado Chico Vigilante, senhor general Heleno, obrigado por estar aqui presente.

É importante retomarmos para o objetivo concreto desta CPI, primeiro, de que o dia 8 não aconteceu aleatoriamente por pessoas que vieram voluntariamente e especificamente no dia 7 e, do nada, planejaram o dia 8. E que mentoria para tentativa de golpe – porque para nós foi tentativa de golpe, sim – não precisa necessariamente ter uma figura que convoque, existem outros métodos. Métodos de financiamentos não declarados, métodos de discursos que incentivam essas pessoas a se reunirem, a se encontrarem e a descerem a Esplanada dos Ministérios e ocuparem prédios institucionais, coisa que nunca foi vista na história deste país. Diante disso, senhor Heleno, eu gostaria de iniciar com algumas perguntas. O senhor entrou para a reserva, ou seja, se aposentou do Exército, em 2011, correto?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Sim.

DEPUTADO MAX MACIEL – O senhor é filiado a algum partido político?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não.

DEPUTADO MAX MACIEL – Mas foi filiado a um partido político.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Na época eu fui compelido a essa filiação para efeitos de poder ser candidato a vice-presidente da República.

DEPUTADO MAX MACIEL – Então, o senhor foi eleito, e o partido, salvo engano, era o PRB. PRP.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Já nem me lembro mais.

DEPUTADO MAX MACIEL – Filiado. É o PRP. Nos registros conta-se que o senhor foi filiado a um partido, PRP, e o senhor está dizendo aqui agora que se filiou para uma tentativa de concorrer a uma eleição. Correto?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Sim.

DEPUTADO MAX MACIEL – Tudo bem. Em 2022, o senhor cogitou novamente se filiar a um novo partido político e sair candidato?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não.

DEPUTADO MAX MACIEL – Por que eu estou fazendo essa pergunta, general Heleno? Só para trazer que, para nós... Eu sou filiado a um partido político, e nos filiamos por dois caminhos: primeiro, por concordar com a tese política que esse partido vocaliza no seu campo ideológico e, quase sempre também, para concorrer a uma eleição. Nós estamos falando de uma figura política. Estou tratando aqui com o senhor general como ator político dentro do cenário que o conduziu no processo eleitoral do então ex-presidente Bolsonaro a ocupar uma secretaria com cargo ministerial, que é o GSI. Na sua oitiva o senhor pontuou que, em nenhum momento, enquanto GSI, fazia fala política, mas fala técnica. Seja interna ou externamente, senhor Heleno, no dia 25 de setembro de 2022, o senhor – ainda chefe do Gabinete de Segurança Institucional – publicou um artigo, no *Correio Braziliense*, que eu queria confirmar se é de sua autoria, mesmo, chamado *A destruição que podemos evitar*. O senhor confirma?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Confirmo.

DEPUTADO MAX MACIEL – O senhor, chefe do Gabinete de Segurança Institucional, escreve uma carta, um artigo, um documento, que pontua sua visão política sobre o cenário eleitoral, às vésperas de uma eleição.

Cito um dos parágrafos do artigo: “Não há como a nação sobreviver a mais uma gestão petista, sob a égide de um condenado, que trará, por certo, consequências negativas e irreversíveis para todos nós. Seremos guiados às trevas, à insolvência e à desilusão.” O senhor confirma esse trecho do artigo?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Sim.

DEPUTADO MAX MACIEL – Por que eu digo isso, senhor Heleno? Porque exatamente nessa época, no período eleitoral e antes dele, já havia vários movimentos que negavam a

institucionalidade da eleição, que buscavam formas de fazer que o processo eleitoral não vingasse, inclusive com o próprio ex-presidente questionando o processo eleitoral o tempo inteiro.

Vou apresentar um vídeo. Peço que você desconsidere o início, porque é o mesmo que o deputado Chico Vigilante já apresentou, mas eu queria a atenção de todo mundo para o ouvirmos novamente.

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor Heleno, para nós isso é um ativo político de colaborar com o que vinha acontecendo no Brasil, incentivando essas pessoas a se reunirem em acampamentos na frente dos quartéis gerais – acampamentos esses que não eram para confraternizar. Eram acampamentos que vinham com faixa, desde o período eleitoral e antes dele, pedindo o art. 142 – como se o Exército fosse um Poder moderador – e pedindo, visivelmente, uma intervenção militar com o ex-presidente a conduzindo. Isso estava nas faixas, isso estava no comando.

O que me assusta – e eu queria ouvir do senhor – é que, no dia 10 de novembro, ao fazer essa declaração, com certeza a um militante daquele acampamento, o senhor saúda... que eles estavam se reunindo e que eram heróis, pois não iriam aceitar o presidente. O senhor confirma isso?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não. Não falei isso.

DEPUTADO MAX MACIEL – Não?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não.

DEPUTADO MAX MACIEL – Bem, o vídeo não passou que...

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não falei que eles eram heróis, porque não iriam aceitar o presidente. Eu falei que eles eram heróis pelo procedimento que estavam tendo em relação às suas famílias, aos seus filhos. Estavam sacrificando o seu dia a dia por ideais em que eles acreditavam. Mas, isso é normal no regime democrático. Não tem nada de estranho.

DEPUTADO MAX MACIEL – Eu concordo com que manifestações são normais. Mas, o que eles pediam não era normal. Desculpe, senhor general. Não era normal.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – As reivindicações foram feitas de maneira pacífica, ordeira, organizada.

DEPUTADO MAX MACIEL – Bem, general, eu vou encerrar, porque não vou tomar muito tempo, já que muitas perguntas foram respondidas. Mas, vou dizer o que foi pacífico: tentaram atacar um prédio da Polícia Federal. (*sic*) Isso não é pacifismo. Tentaram explodir uma bomba no aeroporto da capital do país, planejada dentro de um acampamento que o senhor acabou de dizer que eles estavam ali como heróis, porque estavam abandonando a família, lutando pelo país. E que, no dia 8, atentaram, sim, contra a democracia e que o golpe... Obviamente, não foi golpe, porque não se concretizou, porque, para haver um golpe, ele tem que se concretizar. Não o foi por incompetência – eu falei isto na oitava passada – dos que orquestraram todo o processo que se deu, por quê? Talvez, aqui, no nosso relatório, general Heleno, não saia, eu confio no relator... Mas há provas de absolutamente tudo, de documentos que não seguiram, de reuniões que fizeram a portas fechadas para induzir, de gerais que receberam ordens de desmontar o acampamento, mas entenderam e interpretaram a ordem de forma diferente, apenas para averiguar se havia crimes de prostituição, de tráfico de drogas. É crime constitucional pedir intervenção no Estado democrático de direito, general.

Então, encerro aqui, só para a gente puxar a nossa narrativa de que o senhor pode não ter... nem gostaria de estar no lugar, nessa situação, ou de ser nomeado dessa forma... Mas todas as declarações, seja por artigo, por vídeos, por fotos, mostram que o senhor participou ativamente no processo político de incitar que essas pessoas fizessem esse tipo de organização, participassem desse tipo de organização, mesmo entendendo que o que eles estavam pedindo era ilegal e era um crime.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Concedo a palavra, agora, na condição de suplente, à deputada Paula Belmonte, por 15 minutos. O deputado já me disse que não pretende fazer nenhuma pergunta. Por isso, que estou passando a palavra para vossa excelência.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Bom dia a todos. Bom dia, general Heleno.

Desejo que todos tenham Deus no coração, verdadeiramente, e que Deus nos abençoe neste momento. Eu quero registrar, aqui, que eu estive durante 4 anos na Câmara dos Deputados, período em que acompanhei de perto o trabalho do senhor. Estive algumas vezes com o senhor, e o senhor sempre tratou a mim e tratou a todos os parlamentares com muito respeito, com muita cordialidade e, principalmente, com muita responsabilidade da função que o senhor tinha. E, sem parcialidade. Eu já estive com o senhor em comissões em que havia deputados de esquerda e de direita, e o senhor sempre muito claro, sempre muito responsável e sempre muito cortês – apesar de alguns parlamentares não terem sido com o senhor. Então, registro aqui o meu reconhecimento pelo trabalho que o senhor vem fazendo ao longo desses anos para o nosso Brasil.

Senhor presidente, quando o deputado Pastor Daniel de Castro falou em relação a haver dois pesos e duas medidas – é assim que se fala: dois pesos e duas medidas? –, quero registrar que eu concordo com isso, pois há, sim, dois pesos e duas medidas. Acho isso importante porque isso faz parte da democracia e cada um sente de um jeito.

Eu, por exemplo, já fui cerceada e calada aqui algumas vezes. Por que eu fui calada? Por que eu sou mulher? Por que falo o que não querem escutar? Eu já fui calada algumas vezes, inclusive, por esta presidência. Então, há dois pesos e duas medidas.

Eu apresentei um requerimento para vir aqui aquele senhor – o Adriano Machado – que estava portando a máquina fotográfica, inclusive checando algumas fotos com os manifestantes e com os amigos dos manifestantes. O requerimento foi recusado. Inclusive, foi sugerido por esta presidência que eu retirasse o meu requerimento, que foi derrotado. Na sequência, nós apresentamos novamente outro requerimento com a assinatura de 4 deputados – e até agora ele não foi colocado para ser votado.

Cadê a imparcialidade?

Aqui eu estou mostrando fatos. Eu estou dizendo que eu sinto diferente! Foi falado aqui pelo deputado que me antecedeu, que é da esquerda, que ele sente que foi um golpe. Eu digo aqui: eu sinto, sim, que há dois pesos e duas medidas. Eu sinto isso.

Quero fazer uma pergunta ao senhor: ladrão sobe a rampa?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Não.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Pois é, mas subiu. Eu posso dizer isto ao senhor: subiu. Não deveria subir, mas subiu.

Aqui um parlamentar disse que se sentiu ofendido porque o senhor acha que ladrão não sobe a rampa. Eu também acho que ladrão não sobe a rampa. Mas a população brasileira votou e cinquenta e poucos por cento dela disseram que ladrão sobe a rampa – e eu tenho que respeitar, assim como o senhor respeitou.

O presidente da CPMI, deputado federal Arthur Maia, um colega meu de Parlamento, que foi presidente da CCJ, uma das comissões mais importantes da Câmara dos Deputados, um democrata, falou algo importantíssimo na abertura dos trabalhos daquela comissão. Ele falou que, a liberdade e a democracia, nós temos que saber exercitar e ouvir o que a gente não quer ouvir.

Eu respeito todos os parlamentares desta casa. Uns acham que é golpe; outros acham – e eu estou com esse grupo – que golpe é outra coisa. Golpe é receber um ditador e dizer que ele é um pacifista, que ele é um democrata.

Eu – e não é ninguém que me contou, não – vi um parlamentar desta casa falando:

“Vai lá na Venezuela”. Eu fui. Eu fui lá, em Pacaraima, conhecer a Operação Acolhida. Eu vi o que está sendo feito. Eu vi. São centenas de venezuelanos – depois eu vou aproveitar e passar algo aqui um dia – passando fome, sendo recebidos pelos brasileiros, sendo acolhidos pelo Exército Brasileiro. Quanto custa isso?

Eu estive na CPI do BNDES. Eu vi. Eu não estou falando “eu acho”, “eu sinto”. Eu vi a ladroagem que foi feita. É um país que está nos devendo quase 12 bilhões. Eu vi uma jornalista sendo atacada. Todos nós vimos. Cadê as feministas? Cadê os direitos humanos?

É isto o que eu sinto: eu sinto é vergonha! Eu sinto vergonha, general. Eu sinto vergonha porque eu sou uma brasileira, como foi dito aqui, que defendo, sim, que amo, sim, este país. Defendo, sim, a nossa bandeira verde e amarela.

Eu vejo que aquelas famílias – foi dito aqui por várias pessoas que participaram que nunca encontraram arma, nunca encontraram nada do que foi falado aqui – eram pessoas que estavam querendo, sim, defender as suas crianças, defender as suas famílias. Eu vi mais de 1.500 pessoas presas. Mulheres presas, mulheres de 60 anos, 70 anos, e crianças levadas junto com elas. É isso que esta CPI tem que investigar.

Eu quero saber: por que o senhor está aqui? O senhor não era o responsável pelo GSI naquela época, dia 8 de janeiro! O senhor deixou a pessoa que fraudou um relatório, o G. Dias... Esse, sim, tinha que estar aqui, tem que estar aqui. Fraudou um relatório, omitindo coisas!

Gente, vamos parar para pensar e vamos ser, sim, pessoas que defendem o Estado democrático, o Estado de direito. Cadê o general G. Dias, que tem que estar aqui porque ele fraudou, ele serviu água para manifestante!

Aqui, eu quero registrar, como o senhor bem disse, que todas as pessoas que invadiram prédios públicos, todas as pessoas que depredaram prédios sejam altamente punidas. Mas para um portador de máquina fotográfica tirando foto, está sendo colocado como desculpa aqui, o sigilo da fonte. Sigilo da fonte? Todo mundo sabe qual era a fonte dele: eram os manifestantes. Que vergonha! Eu me sinto, às vezes, envergonhada. Já falei isso algumas vezes. Eu me sinto envergonhada com o nível da falácia que está sendo feita.

Eu, mais uma vez, general, digo: ladrão não deveria subir a rampa! Eu não estou satisfeita com o resultado das eleições! Eu tenho esse direito. Eu tenho esse direito e todos os brasileiros têm esse direito. Isso não significa que eu não posso ter respeito. O respeito é muito diferente do meu sentimento.

General, eu aproveito esses 6 minutos que estão aqui para ler aqui o seguinte: “Duzentos e oitenta e um presos políticos atualmente; mais de 300 emissoras de rádio com licenças canceladas; mais de 50 sites de notícias bloqueados na internet; e ministros, ex-ministros, falando ‘terror de Estado’. Cometeu-se violação dos direitos humanos de maneira generalizada e sistemática. Execuções arbitrárias, tratamento cruel, tortura, que constituem crimes de lesa-humanidade”.

Sabem o que é isso aqui? É sobre o ditador Nicolas Maduro, o presidente da Venezuela, que não é reconhecido por muitas nações e que é procurado. E o presidente da República gastou dinheiro público para recebê-lo com honras. É uma vergonha.

E, agora, nós estamos este ano com mais de 1.500 pessoas que foram presas, usando tornozeleira. Posso dizer que quase 300 continuam presas, presos políticos. Nós tivemos a tentativa de cerceamento da imprensa, da liberdade de expressão, com o projeto *fake news*.

E, agora, estão dizendo que tudo que é sentido, eu sinto que é golpe; agora quem não sente que não foi, que foi simplesmente a defesa, sim, da família brasileira, a defesa, sim, de uma liberdade econômica... porque as ações vão acontecer. Nós não podemos aceitar e nos calar.

Parabéns, general! Que Deus o abençoe, abençoe o senhor, abençoe a sua família. E que mais pessoas com a coragem, com a inteligência do senhor continuem se posicionando, porque a nossa liberdade é, sim, constitucional.

Que Deus abençoe. Muito grata.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Obrigado, deputada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está com a palavra, por até 15 minutos, na condição de suplente desta comissão, o deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Obrigado, presidente.

Quero dizer que é importante a vinda do senhor Heleno aqui a esta casa, e num diálogo. A vinda num diálogo, numa oitiva democrática para poder responder todas as perguntas que lhe forem feitas, sabendo que nenhuma das respostas ameaçará a integridade física de ninguém nesta sala e que nem que precisaremos esconder os rostos diante de um interrogatório, como aconteceu recentemente na história brasileira.

Então, é importante a sua vinda aqui, general. Quero fazer três perguntas iniciais: o senhor reconhece o resultado das eleições de outubro de 2022?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Conheço, é público, né?

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Reconhece?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – O resultado é público.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O resultado é público e o senhor reconhece?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Sim.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O senhor confia no sistema eleitoral brasileiro e nas urnas eletrônicas?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Acho que pode ser melhorado.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Mas confia ou não confia?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Tem que confiar. É uma questão de...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Vou reformular minha pergunta, general. O resultado que sai da urna eletrônica, na sua opinião, reflete a vontade do povo brasileiro?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu acho que sim. Eu tenho que achar que sim.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – É muito importante essa sua fala aqui, porque, até o dia da eleição, a fala do governo do ex-presidente da República era outra, inclusive do próprio presidente, que questionava, atacava as urnas eletrônicas, atacava o sistema eleitoral brasileiro, atacava, inclusive, o Supremo Tribunal Federal.

Minha terceira questão, senhor Heleno é esta: o senhor falou aqui das atribuições do GSI, inclusive de monitorar a inteligência – a Abin ficava no GSI, e o senhor até comentou que agora não fica mais na Casa Civil – e de levar essas informações, inclusive informações de segurança, cibernéticas, de segurança da informação para o presidente da República. Não havia nenhuma informação que passava pelo GSI sobre os acampamentos e que foi levada ao conhecimento do ex-presidente da República?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Informações que pudessem comprometer os acampamentos, não.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Pergunto isso, senhor Heleno, porque é notório que os vídeos, as imagens, várias delas não foram apagadas e não serão apagadas por quem aqui critica uma tentativa de construção de narrativa, mas não fez uma pergunta para tentar desvelar e revelar a verdade. As imagens estão públicas.

Foi dito aqui, nesta CPI, por vários depoentes que os acampamentos em frente ao quartel-general – vou colocar isto entre aspas – eram e funcionavam como incubadora de terroristas, porque saíram de dentro dos acampamentos os ataques terroristas do dia 12 de dezembro. Queimaram ônibus na capital da República, tentaram invadir o prédio da Polícia Federal. E saíram de dentro do acampamento a organização e o planejamento da tentativa de explodir, general, uma bomba no dia 24 de dezembro no aeroporto da capital do país. Esses acampamentos eram notoriamente criminosos. As pessoas não estavam lá rezando, não

estavam lá confraternizando. Elas estavam lá pedindo a anulação do resultado das eleições.

A gente pode não concordar com o resultado. É direito de todo brasileiro discordar, ser militante, fazer campanha para um ou para outro, mas não pode haver – porque a legislação brasileira e a Constituição federal dizem que é crime – a tentativa de golpe de Estado. E era isso o que as pessoas pediam. E não houve uma fala, general, institucional do ex-governo – que felizmente acabou, porque, inclusive, condenou milhares de brasileiros –, não condenando os acampamentos.

É engraçado, senhor Heleno, porque recentemente o ex-presidente da República Bolsonaro foi às redes pedir que não houvesse manifestação contra a cassação do deputado Dallagnol. Por que não o fez? Por que não foi às redes publicamente também pedir para as pessoas não atentarem contra a democracia? O senhor disse aqui, várias vezes, que, por diversos momentos, aconselhava o presidente da República. O senhor não achava que o ex-presidente da República também merecia esse conselho de não incitar a tentativa de golpe de estado? Não era uma atribuição também do GSI?

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu não presenciei esse incitamento. O presidente nunca falou em golpe, fez questão de fazer sua atuação dentro das quatro linhas da Constituição. E não houve jamais qualquer manifestação dele a favor de golpe, a favor de virar a mesa, nada disso.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Não é isso que várias imagens mostram. Nós já passamos aqui, diversas vezes, essas imagens. Hoje, eu não poderei passar, até pelo limite do meu tempo, mas o ex-presidente da República, diversas vezes, general, deu declarações públicas dizendo que era preciso metralhar opositores; declarações públicas dizendo que as urnas não eram confiáveis; declaração pública incentivando seus seguidores e apoiadores para que, caso o resultado da eleição não fosse aquele que interessasse ao ex-presidente da República, teria que haver reação, inclusive, reação violenta.

Eu gostaria de passar um vídeo bem rapidamente.

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Esse vídeo foi citado aqui várias vezes, general. Fica nítido aí que alguém pergunta ao senhor se bandido sobe a rampa. O senhor disse “não”, e há uma comemoração: “Eh, general!” Se o senhor acha que não houve tentativa de golpe, então, eu só posso afirmar aqui que, na sua cabeça, como o senhor disse aqui que não houve nome, ninguém disse o nome, se o senhor acha que não houve tentativa de golpe, o bandido em questão era o ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro, porque esse vídeo é do dia 18 de dezembro, pós-eleição, e ele, de fato, não iria subir a rampa, como não subiu, porque perdeu, foi derrotado nas urnas. Talvez, agora, seja a única vez em que nós vamos concordar de fato: o bandido e ex-presidente da República não subiu e não subirá a rampa.

Eu gostaria, presidente, de tratar de 3 temas abordados durante o depoimento do senhor Heleno. Primeiro, quero lamentar uma afirmação sua sobre a questão da filiação, general Heleno, porque os partidos políticos são muito importantes para a democracia, tanto é que o golpe militar de 1964, a ditadura militar, que torturou, que sequestrou, que assassinou vários brasileiros, criminalizou os partidos políticos.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Criminalizou o quê?

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Os partidos políticos. Colocou vários na ilegalidade, porque os partidos são muito importantes para a democracia. Quando o senhor disse que foi compelido a se filiar a um partido, eu lamento, lamento, porque nós devemos, como agentes públicos, fortalecer os partidos políticos.

Eu tenho muito orgulho do partido político ao qual eu sou filiado, o Partido dos Trabalhadores. E outra: é grave, general Heleno, porque essa questão de uma filiação apenas para concorrer a eleições tem sido alvo de diversas investigações do Tribunal Superior Eleitoral sobre partidos que atuam como laranjas para candidaturas eleitorais. Nós estamos vendo agora que vários deputados eleitos foram cassados por essa prática, que deve ser combatida, de usar partido político só para disputar a eleição ou como trampolim para tentar disputar...

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu não disse isso.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O senhor disse que foi compelido. Está nos autos.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Porque eu não tinha partido. Estava às vésperas de se registrar a chapa que iria ser candidata à presidência da República. Eu recebi a orientação do candidato a presidente da República de me filiar a um partido político. Eu vou lhe contar. Isso aqui não tem nada a ver com esta CPI, mas eu vou lhe contar...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Foi o senhor que respondeu, general.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu não minto.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Você disse que foi compelido.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Gabriel Magno, nós vamos dar oportunidade para que ele explique...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Deputado Chico Vigilante, o meu tempo é muito reduzido.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ele vai explicar. Ele está com a palavra para explicar.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Eu recebi orientação de me filiar a um partido político para que a chapa pudesse ser registrada. Aí, recebi as iniciais do partido político, que era o da conveniência do candidato. No caso, o Jair Bolsonaro me orientou a me filiar a determinado partido. Quando eu tentei fazer isso, recebi, desse partido, a orientação de que a ele não interessava ter um candidato à vice-presidência da República no seu partido, que ele precisava ter deputados federais e senadores – deputados federais principalmente – para ter coeficiente eleitoral para poder ganhar dinheiro. Então, eu me recolhi. E era o último dia em que podia haver alistamento. Então, foi isso que aconteceu. Nada...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Agradeço, então, o esclarecimento, general, porque isso...

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Foi uma coisa que aconteceu. É assim que funciona, e eu não sabia. Eu era inocente. Eu nunca tinha me filiado a nenhum partido.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Agradeço o esclarecimento porque é importante o destaque, presidente deputado Chico Vigilante, da importância dos partidos políticos para a democracia. O que o senhor acaba de relatar é diferente do que o senhor disse mais cedo, aqui mesmo nesta reunião. É diferente de ser compelido porque ser compelido é ser obrigado, forçado a se filiar a um partido. Então, fica registrado isso.

Quero deixar também registrado que é muito fundamental fortalecermos os partidos políticos e tirarmos do nosso repertório a prática de tentar corromper os partidos dentro do sistema eleitoral.

Quero, presidente, nos minutos que me restam, lamentar também mais uma afirmação do senhor Heleno, nesta reunião de CPI, hoje, de descaso e desrespeito à memória recente deste país, sobre o golpe.

Este país viveu, nos últimos anos, dois golpes de estado. Em 1964, houve um golpe violento que instaurou uma ditadura militar sangrenta no país, que matou, sequestrou, torturou, fez desaparecer e perseguiu opositores durante 20 anos. O golpe e a tentativa de um golpe não são um sentimento federal. São crimes. O golpe de 1964 e a ditadura militar de 1964 são crimes contra...

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Isso, na sua visão. O senhor vai me desculpar.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Isso não é a minha visão.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Isso é a sua visão.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Isso não é a minha visão, general. Isso não é a minha visão. Isso é história. Isso é história.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Isso é a sua visão. A história não é essa. A história foi deturpada.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Os tribunais internacionais reconhecem que a ditadura militar do Brasil foi um atentado contra os direitos humanos, contra a vida, contra os direitos políticos e contra os direitos físicos dos brasileiros e das brasileiras.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Tribunais internacionais de onde?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General Heleno, o deputado está com a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Infelizmente, este país não puniu como deveria punir os torturadores e os assassinos da ditadura militar de 1964, general.

Não é questão de opinião. É fato que milhares morreram, milhares desapareceram, milhares foram sequestrados e foram torturados pela ditadura militar. O Congresso Nacional foi fechado. Os partidos políticos foram perseguidos. Militantes foram mortos. Familiares foram perseguidos. Não é uma questão de opinião, general.

E houve o último, recente, o golpe de 2016. Estou falando isso porque os golpes têm peculiaridades e características. O que aconteceu desde o resultado da eleição, no dia 30 de outubro, foi uma tentativa de golpe neste país, em que houve agitadores, houve intelectuais que planejaram o golpe, houve financiadores e houve as pessoas que foram no dia 8 de janeiro e tentaram um golpe. As imagens mostram, general, as pessoas invadindo o Congresso Nacional, dizendo: “Chegou a nossa vez. Vamos derrubar o presidente da República. Volta, Bolsonaro.” Há vídeos mostrando isso.

Esta CPI vai ajudar a identificar quem financiou, quem planejou, quem organizou e quem se omitiu diante dos seus compromissos públicos.

Eu quero, nos minutos que me restam, fazer uma última questão, presidente. Se o general acha que não houve uma tentativa de golpe no dia 8, ele acha, então, que o que aconteceu foi uma tentativa de revolução?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu quero pedir aos deputados que não saiam, porque em seguida nós vamos votar um requerimento.

Mas eu quero, general Heleno, agradecer a presença do senhor aqui nesta CPI. Acho que é a demonstração efetiva do funcionamento do poder civil neste país. Quero agradecer aos assessores do comandante do Exército Brasileiro que estiveram conversando conosco aqui, acertando a vinda do general Dutra, que já esteve, de V.Sa. e do general G. Dias, que estará aqui no dia 15.

Portanto, eu quero, mais uma vez, agradecer a presença do senhor. Eu assegurei para eles que o senhor seria tratado aqui com a urbanidade que nos é peculiar. Quero agradecer a todas as pessoas que vieram antes conversar conosco e dizer que eu compreendo o que houve na vez passada, que tínhamos combinado – falei com o senhor pelo telefone –, e o senhor disse: “Talvez, neste momento, eu bote mais gasolina na fogueira. E eu não quero isso.”

Portanto, eu agradeço.

O senhor está com a palavra.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Muito obrigado. Para mim, foi realmente muito gratificante poder comparecer aqui para conversar sobre os assuntos que conversamos. Eu quero apenas colocar a minha posição em relação ao movimento de 1964. As coisas são vistas só de um lado, como sempre. Isso acontece. As coisas são vistas de um lado. Quer dizer, o deputado acha que o movimento de 1964 matou mais de mil pessoas, o que não aconteceu. Acha que foi um movimento de vingança, de ódio, quando o movimento de 1964 salvou o Brasil de virar um país comunista. Isso não há nenhuma dúvida. Isso é uma questão apenas de ler a história do Brasil e chegar à conclusão de que o Brasil esteve a um passo de virar um país comunista. O senhor não acha. Eu acho. E a democracia tem essa grande vantagem. Nós podemos ter opiniões contrárias.

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Espera aí. Gente... gente... gente. Pessoal, todo mundo falou. Deputado Gabriel Magno, eu não vou conceder a palavra. O general está colocando a posição dele, assim como foi colocada a posição dos deputados.

Por favor, conclua, general.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – As narrativas sobre...

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Gabriel Magno, cada um, no seu tempo, falou o que quis.

O general agora está com a palavra para se despedir.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – O senhor se esquece das organizações terroristas que existiam no Brasil na época. Muita gente do lado da revolução foi vitimada. É claro que ninguém tem orgulho desses acontecimentos, mas eles não podem ser tratados só de um lado, não podem ser tratados só com uma visão. Foram lamentáveis os acontecimentos, mas aconteceram. Isso faz parte da história do Brasil. Agora, deturpar a história, dizer que não sei quantos foram mortos, foram...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, eu não vou mais abrir sobre esse assunto.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – É, vamos encerrar. Eu acho que já está de bom tamanho.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vou repetir: cada um falou o que quis, no seu tempo. Comigo vai continuar sendo assim.

Portanto, general, eu agradeço mais uma vez a sua presença.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não vou encerrar a comissão agora porque ainda há um requerimento a ser votado.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO – Quero agradecer ao general Heleno pela postura e por ter respondido às perguntas. Quero agradecer, principalmente, ao presidente desta CPI pela imparcialidade. Sabemos que o deputado Chico Vigilante é do Partido dos Trabalhadores e que milita na esquerda desde antes de o deputado Gabriel Magno nascer – antes de o deputado Gabriel Magno nascer, S.Exa. já estava aqui nos movimentos – e manteve uma postura exemplar como presidente desta CPI.

Quero fazer justiça ao senhor, presidente. Parabéns pela postura de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado.

General, o senhor está dispensado.

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA – Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Tenho em mãos o requerimento administrativo da deputada Paula Belmonte. Esse requerimento já foi votado em outro momento, foi rejeitado, mas vamos submetê-lo novamente à votação.

Item extrapauta:

Discussão e votação do Requerimento nº 148/2023, de autoria da deputada Paula Belmonte, que "requer a convocação do senhor Adriano Machado, na condição de testemunha, conforme o art. 203, do Código de Processo Penal – CPP, combinado com o art. 3º da Lei Federal nº 1.579/1952, para prestar esclarecimentos sobre os fatos ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023".

Em discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu quero esclarecer a todas as pessoas da imprensa e ao público que está nos acompanhando pelo YouTube que esse requerimento foi assinado por 4 parlamentares – por mim, pelo deputado Thiago Manzoni, pelo deputado Pastor Daniel de Castro e pelo deputado Joaquim Roriz Neto. Trata-se da convocação do senhor Adriano Machado, aquele senhor que estava junto com os invasores no Palácio do Planalto. Estamos aqui nesta oportunidade da CPI para realmente ver quem estava dentro do Palácio do Planalto.

Por isso, faço um apelo ao relator e a todos os parlamentares que estão aqui para que possamos votar esse requerimento. Ele já foi apresentado e foi negado por esta CPI. Agora temos a assinatura de 4 parlamentares desta comissão. Peço a sensibilidade de todos, já que nós estamos realmente querendo apurar os fatos, que nós tenhamos esse requerimento aprovado por esta comissão.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputada.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu acho importante nós apreciarmos esse requerimento hoje, mas é importante também lembrar que esse requerimento já foi apreciado nesta comissão e foi derrotado. E, de lá para cá, não houve nenhum fato novo em relação a esse caso e não houve nenhum dado novo em relação a esse tema. Essa é a primeira coisa que eu acho importante registrar.

A segunda coisa, senhor presidente, em relação a esse requerimento é que o nosso mandato não tem nenhum interesse em perseguição à liberdade de imprensa. Nós sabemos como a imprensa foi tratada nos 4 anos do governo Bolsonaro. Sabemos das agressões recorrente aos jornalistas, e que não eram praticadas pelo segurança, não, deputado Pastor Daniel de Castro. A agressão a jornalistas mulheres, deputada Paula Belmonte, era praticada pelo presidente da República – agressão a jornalistas mulheres! Foram 4 anos que as jornalistas mulheres foram agredidas pelo presidente da República em pessoa! Foram agredidas pelo presidente da República em pessoa!

Então, um fotógrafo, que estava lutando para poder cobrir um evento, não pode ser perseguido! Não contem, nesta casa, com o nosso voto!

E, para encerrar, quero dizer para vocês que eu repudio e lamento que dentro do parlamento – e os parlamentos foram fechados durante a ditadura –, um general que participou desse processo tenha o direito, ele tenha o direito de defender a ditadura militar!

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Conclua, deputado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ditadura nunca mais! Ditadura nunca mais! Nós não vamos compactuar com defesa da ditadura no parlamento! V.Exas., deputada Paula Belmonte, deputado Thiago Manzoni, não estariam aqui se tivesse ditadura no Brasil! Estariam cassados se tivesse ditadura neste país! É uma vergonha! Uma vergonha!

(O microfone é desligado.)

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputada, espera aí, vamos ser razoáveis! Aqui não tem perseguição a ninguém e eu trato todos com igualdade! Portanto, não venha V.Exa. querer falar que eu cerceei a palavra, que eu não cerceei a palavra de ninguém! Eu não cerceio palavra de ninguém, deputada Paula Belmonte!

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – V.Exa. sabe que vai perder o requerimento e está querendo criar barraco aqui!

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Continua a discussão.

Concedo a palavra, por um minuto, ao deputado Thiago Manzoni.

(Intervenções fora do microfone.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, deputado Fábio Félix, a palavra está comigo.

DEPUTADO HERMETO – Deputado Fábio Félix, está bom. Está bom.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, em relação ao requerimento que vai ser votado, eu acho que é muito importante que se diga aqui que nenhum dos 24 parlamentares jamais terá a intenção de cercear a liberdade de imprensa no Brasil. Não é essa a intenção do requerimento. O senhor Adriano, o fotógrafo que estava lá dentro, ele é testemunha ocular dos fatos que aconteceram. Nós já chamamos outras pessoas aqui, porque elas testemunharam o que aconteceu. Ele vem aqui na qualidade de testemunha. Ele não vem aqui na qualidade de investigado, na qualidade de quem está sendo acusado de ter cometido crime. Não é nada disso. Mas ele presenciou fatos que estão sendo investigados.

O requerimento é para ouvir dele o que ele presenciou, então eu acho que vale a pena nós o ouvirmos. Eu acho que é importante para esta CPI o depoimento dele, a oitiva dele.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputado. Nós vamos votar agora.

Continua em discussão.

Concedo a palavra, por um minuto, ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, senhor presidente. Mas eu quero começar o meu minuto parabenizando V.Exa. Parabéns pela condução. Eu sei que já tivemos alguns desacertos, mas há a sua postura nesse trabalho de ser independente, imparcial, muito obrigado. Isso vale para todos os lados. Parabéns pela sua postura.

No tocante ao requerimento, deputado, eu só me preocupo, porque nós estamos vendo que acabou de acontecer aqui dois pesos e duas medidas. Nós não estamos acusando o fotógrafo. Vamos analisar. Ele virá aqui. Nós vamos saber se ele é credenciado, se estava inscrito. Ele não era nem testemunha. Era um partícipe do ato e de um crime. Mas isso não quer dizer que nós estejamos criminalizando ninguém.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Por favor, eu tenho 22 segundos, presidente. Nós estamos colocando que é importante ele vir. Qualquer pessoa que se sentar nesse lugar aqui não se sentará condenada, não se sentará. Ela se senta aqui com a oportunidade de se defender e de sair daqui condenado ou inocentado. É importante ele estar aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Não.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Não. Seguirei a mesma linha: se um requerimento for apreciado e recusado e for apresentado novamente, qualquer que seja o requerimento, votarei pela recusa do novo requerimento.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não. Sou contra, pelas alegações já feitas hoje aqui.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim. A minha linha sempre será a mesma.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota “não”.

O requerimento obteve 2 votos favoráveis e 4 contrários. Houve 1 ausência.

Está rejeitado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h48min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

GSI – Gabinete de Segurança Institucional

GSIPR – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

PGR – Procuradoria Geral da República

STF – Supremo Tribunal Federal

TSE –Tribunal Superior Eleitoral



Documento assinado eletronicamente por **TATIANA DE AMORIM PACHECO - Matr. 16872 , Consultor(a) Técnico - Legislativo**, em 02/06/2023, às 20:40, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516 , Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 02/06/2023, às 20:43, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1199868** Código CRC: **5953DAD3**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI-3– CEP 70094-902– Brasília-DF– Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - setaq@cl.df.gov.br

00001-00008706/2023-96

1199868v31